

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

**A POLÍTICA COMO QUESTÃO: REPÚBLICA, CIDADANIA E
A CRISE CONTEMPORÂNEA**

Entrevistado: Cicero Romão Resende de Araujo

19 E 26 DE OUTUBRO DE 2020



Centro de
Memória
Unicamp



ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Desde 2013 abre-se um processo com movimentos de ruptura da democracia, que implicou em descontinuidade da capacidade da ordem democrática brasileira de, a partir do passado, delinear os comportamentos presentes e organizar as expectativas de futuro. Em consequência, vimos emergir atores políticos neoconservadores e autoritários que se colocam em antagonismo à democracia. Diante disso, perguntamos: como lidar com esse momento de tensionamento da democracia, notadamente, em um país como o Brasil, em que ela possui uma trajetória tão curta?

Para pensar o referido questionamento, propomos a constituição do Acervo Digital que, em linhas gerais, visa estabelecer frentes de diálogo com ativistas, intelectuais e pesquisadores que estejam envolvidos em um dos três eixos que sintetizam as históricas agendas populares de resistência ao autoritarismo no país: democracia, estado de direito e desenvolvimento. O objetivo é coletar experiências, organizar visões e propostas a fim de divulgar amplamente conjuntos de abordagens sólidas e orientadas que auxiliem a reflexão e a ação daqueles interessados em disputar na arena pública a defesa dos valores democráticos.

A presente pesquisa foi realizada pelo Cedec, em parceria com o Centro de Estudos Internacionais e Política Contemporânea (Ceipoc-IFCH/Unicamp) e o Centro de Memória da Unicamp (CMU/Unicamp). Financiada com recursos da Fapesp e do Faepex/Unicamp.

Equipe:

Pesquisadores

Andrei Koerner
Lígia Barros de Freitas
Mariele Troiano
Raquel Kritsch
Wilson Vieira

Auxiliares de Pesquisa

Bruno Ramos Brait
Fernanda Gonçalves Ferreira
Lucas Esteves de Souza
Yasmin Domingues de Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Celly Cook Inatomi
Júlio Cattai
Lucas Baptista
Ozias Paese Neves
Pedro Henrique Vasques

Apoio Técnico

João Paulo Berto

ACERVO DIGITAL CEDEC-CEIPOC:

COLEÇÃO EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

Coordenador: Andrei Koerner

Título da entrevista:

A política como questão: república, cidadania e a crise contemporânea

Entrevistado:

Cicero Romão Resende de Araujo

Entrevistadores:

Lucas Baptista

Leonardo Belinelli

Andrei Koerner

Data de realização:

19 e 26 de outubro de 2020

Entrevista realizada via internet, por meio do aplicativo Zoom.

São Paulo, dezembro de 2022.

INÍCIO DA ENTREVISTA¹

Lucas Baptista: Hoje, dia 19 de outubro de 2020, nós damos início à mais uma entrevista para o Projeto Acervo Digital do Cedec-Ceipoc. Nosso convidado de hoje é Cicero Romão Resende de Araujo, professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Ele é graduado em Física pela Universidade Estadual de Campinas (1984), mestre em Filosofia pela mesma universidade (1989) e doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1994). Com uma vasta experiência no campo da Teoria Política, suas pesquisas concentram-se nos temas da moralidade política, pensamento republicano clássico e contemporâneo, democracia e justiça. Atualmente, tem feito investigações sobre o constitucionalismo moderno e contemporâneo, abrindo diálogo com os estudos das instituições e da política brasileira. É um prazer tê-lo conosco, professor!

Cicero Araujo: Obrigado. É um prazer conversar com vocês. Acho extremamente importante e muito bem-vindo. Parabenizo o Cedec e essa equipe pela iniciativa.

Lucas Baptista: Para começar, gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre seu projeto recente “Para além das abordagens normativas: excedente de sentido, autonomia e política democrática”? Em que medida esse projeto dialoga com a sua trajetória até aqui?

Cicero Araujo: Esse projeto a que você se refere marca uma inflexão em minhas pesquisas em teoria política. Propus nele um diálogo crítico com o campo hoje denominado “teoria política normativa”, de cujas águas eu bebi um bocado no período anterior. Mesmo a questão do republicanismo, sobre a qual escrevi várias coisas, inclusive um livro², está meio que inscrita nesse campo.

Esse registro forte no normativo se tornou predominante na teoria política feita no mundo acadêmico internacional, principalmente no anglo-saxão. O que é uma teoria política normativa? Vou citar um trechinho de um livro que tenho aqui, do filósofo canadense Will Kymlicka, intitulado *Filosofia política contemporânea*, em que filosofia política contemporânea aparece como uma outra expressão para teoria política com enfoque normativo, e onde ele diz algo que me parece consensual entre os que atuam nesse campo: “Creio que há uma continuidade fundamental entre a filosofia moral e a filosofia política. Temos obrigações morais mútuas, das quais algumas são de responsabilidade pública – impostas por meio de instituições públicas – e outras são de responsabilidade pessoal. A filosofia política concentra-se nestas obrigações que justificam o uso das instituições públicas”³. Isto é, entre a filosofia moral e a filosofia política há apenas uma diferença de escopo. Como certa vez enunciou Ronald Dworkin – talvez o autor contemporâneo (falecido em 2013) que levou

1 Entrevista transcrita por Matheus de Paula Silva..

2 Araujo, Cicero R. R. de. *A forma da República: da constituição mista ao Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

3 Kymlicka, Will. *Filosofia política contemporânea*. Tradução de Luís Carlos Borges; revisão da tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 7-8.

mais longe essa ideia – a política nada mais é do que a moralidade *writ large*⁴, a moralidade que trata do bom e do justo no âmbito comunitário. Fazer teoria política normativa, portanto, é fazer uma teoria da moralidade política.

Essa identidade de ponto de partida não significa, contudo, que haja apenas uma vertente no campo. A teoria política normativa é ideologicamente plural; na verdade, apenas atualiza a pluralidade de correntes da tradição moderna do pensamento político ocidental. O livro de Kymlicka, por exemplo, expõe algumas das principais: utilitarismo, liberalismo, libertarismo, comunitarismo, marxismo, feminismo. Costuma-se dizer que a obra de John Rawls, começando por *Uma teoria da justiça*⁵, é o lance fundador da teoria política normativa. De fato, embora ele mesmo situe seu pensamento no campo do liberalismo (ou “liberalismo igualitário”, como algumas pessoas gostam de chamar), sua obra abriu um vasto campo de temas e reflexões que, de certo modo, forneceu um enquadramento às demais correntes.

Em seu livro, Kymlicka não trata do republicanismo como uma corrente distinta, porque o ambiente acadêmico da América do Norte, no tempo em que o escreveu (início dos anos 1990), tendia a pensar republicanismo e comunitarismo como uma coisa só. O republicanismo entrou um pouco mais tarde no circuito, e pela lateral, porque os estudos sobre essa corrente no mundo anglo-saxão se concentraram originalmente no campo da história do pensamento político. Cito os dois mais influentes: Quentin Skinner, a partir da Inglaterra; e John G. A. Pocock, a partir dos Estados Unidos. Originalmente, a teoria política normativa era pouco apegada a investigações históricas, daí que o republicanismo tenha passado meio despercebido no começo. Mas não foi assim entre os historiadores norte-americanos, porque a redescoberta do republicanismo tinha um impacto direto na interpretação dos momentos fundadores dos Estados Unidos, o que o tornava um assunto altamente sensível não só na academia, mas junto à intelectualidade norte-americana em geral. Com o tempo, ele transbordou para outras áreas de reflexão sobre a política. Mesmo contra a intenção original de Skinner e Pocock, a questão do republicanismo acabou contaminando o debate da teoria normativa. O resultado é que temos hoje diversas versões “normativas” disso que começou como uma investigação estritamente historiográfica.

Pocock teve um papel importante nesses desdobramentos. Enquanto Skinner se concentrava na história do pensamento inglês e europeu⁶, Pocock resolveu investir no pensamento que circulava no Império britânico, especialmente em seu lado “atlântico”⁷. Daí seu interesse pela revolução de independência das colônias inglesas na América. Ele buscou inserir a “ideologia” desse evento no contexto intelectual mais amplo em que os líderes dos colonos estavam inseridos, ou seja, das ideias que circulavam nas colônias nesse tempo, o que incluía, naturalmente, as produzidas na metrópole. Foi de grande ajuda para essa empreitada o trabalho de diversos historiadores que o antecederam, como Bernard Bailyn⁸ e

4 Dworkin, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

5 Rawls, John. *Uma teoria da justiça*. Tradução de Jussara Simões; revisão técnica e da tradução de Álvaro de Vitta; 4 ed. rev.. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

6 Skinner, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Renato Janine Ribeiro. 6ª impressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

7 Pocock, John. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and The Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

8 Bailyn, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Edição ampliada. Tradução de Cleide Rapucci. Barueri: Edusc, 2003.

Gordon Wood⁹, mas especialmente o de Hans Baron¹⁰ – um desses muitos *emigrés* alemães que encontraram guarida em universidades americanas. Com base neste último, Pocock acreditou ter encontrado uma grande corrente subterrânea de pensamento que, originada no Renascimento italiano (o “humanismo cívico”), atravessou a Revolução Inglesa de 1640 e o “interregno” republicano dos anos 1650, e desembocou na frente política que, ao longo do século XVIII, fez oposição ao regime *whig* inglês pós-1688 (pós-“Revolução Gloriosa”). A tese dele é que essa corrente cruzou o Atlântico e serviu de fonte ideológica para a independência das treze colônias. Como nos Estados Unidos discutir a fundação da república é discutir a própria identidade do país, impossível que essa questão não fosse impactar, mais dia, menos dia, o debate político e acadêmico contemporâneo.

Retomando, agora, o que eu dizia no início. Ao longo da última década comecei a reavaliar meu interesse intelectual e acadêmico pela abordagem normativa. Isso não ficou claro para mim da noite para o dia, mas foi surgindo pouco a pouco. Esse texto do projeto que você mencionou já representa uma etapa mais amadurecida e, em parte, sintetiza o que penso hoje, especialmente no que concerne ao problema da especificidade do político (ou da política) e suas relações com a ética e a filosofia moral. No meu caso, isso significou pensar o que os separa, e não o que os une. Acho que a ideia mais importante do projeto é que o próprio campo da linguagem moral, na medida em que se depara com o conflito de valores – e os dilemas morais que dele resultam – solicita a emergência de um campo distinto, propriamente político. Isso é o que chamei de “excedente de sentido” das interações regidas pela moralidade, e pensei a política como uma resposta a ele. Em seguida, tentei pensar a questão para o caso de um valor de primeira grandeza nos regimes democráticos – que é a autonomia, individual e coletiva – e indicar como a própria democracia é a resposta política para o problema do excedente de sentido engendrado pela prática da autonomia. De qualquer forma, a ideia não é pensar a política em oposição à moralidade, mas como um campo distinto da ação, não a simples continuidade da moral, isto é, a moralidade *writ large* de Dworkin.

Paralelamente, ocorreu-me um outro caminho de pensar essa diferença, desta vez resgatando a tradição republicana, em particular o pensamento de Maquiavel. A inspiração veio de um antigo problema de interpretação, sobre por onde passa a unidade de sua obra – como combinar o Maquiavel do *Príncipe* com o Maquiavel “republicano”, este último tão enfatizado em anos recentes, especialmente nos estudos de Skinner¹¹. Resgatar o pensamento de Maquiavel para essa discussão não é propriamente uma novidade, por razões óbvias: todo mundo diz que Maquiavel é o pensador que lançou os fundamentos da “autonomia” da política. Mas o que é exatamente essa autonomia? Achei que poderia responder seguindo o rastro do tema da “secularização”. De certo modo, pensei, a autonomização da política está ligada à sua secularização – sua “libertação” do campo de gravidade da teologia, mas também do da moral. Mas achei que poderia refletir sobre isso de modo independente da teoria da história e da sociologia histórica, que a entende como um processo fundamentalmente moderno, que atinge todas as esferas da vida social.

9 Ver: Wood, Gordon S. *The creation of the American Republic, 1776-1787*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1969; *The radicalism of the American Revolution*. Nova York: Vintage eBooks, 1991; *Revolutionary characters: what made the founders different*. Londres: Penguin Books, 2007; e *The American Revolution: A History* New York: Modern Library, 2001.

10 Baron, Hans. *The Crisis of The Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton: Princeton University Press, 1955.

11 Skinner, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

Meu enfoque é mais abstrato e, ao mesmo tempo, mais delimitado pelo acerto de contos que queria fazer com a teoria política normativa: o problema de como podemos “pôr” no mundo ideais morais, de como fazê-los penetrar na realidade através da ação concertada coletivamente. Sugiro, então, que a qualidade “política” dessa intervenção tem a ver com o problema de mediar ideia e realidade, valores “espirituais”, digamos assim, e mundo. O ponto aqui se assemelha à questão weberiana das duas “éticas”. Weber, como sabemos, associou a política a uma ética específica, a “ética da responsabilidade”, e a opôs à “ética da convicção”¹². Isso se liga, na sociologia weberiana, ao entendimento de que a secularização implica a diferenciação das “esferas de valores”, cada esfera ensejando uma ética que lhe é própria. De minha parte, arrisquei algo mais abstrato: em vez de falar de várias éticas concretas e potencialmente opostas umas às outras, partir de um conceito mais geral do campo moral (ou da ética) e então ver como um campo distinto de ação (a política) poderia emergir dele – justamente para responder ao problema de como colocar em prática os valores intencionados pelo sujeito da ação. Nesse processo, suponho, o mundo, o real, obriga a uma inflexão da ação intencionada (isto é, moralmente orientada) – o que leva não à pura e simples negação, mas a sua reconfiguração. A política, enfim, é uma questão prática por excelência.

Lucas Baptista: Professor, me parece que, nesse giro de perspectiva que está realizando, o senhor de fato confere uma importância muito grande à autonomia da teoria política e uma autonomia da própria política enquanto problema de pesquisa. Como a questão do “estranho”, termo que o senhor utiliza em seu projeto, entra nessa reflexão, especialmente no que tange a teoria democrática?

Cicero Araujo: A questão do estranho foi a maneira que encontrei para atualizar uma velha pergunta da tradição, que é sobre o papel da “fortuna” no destino de uma empreitada política. Mais contemporaneamente, ainda, eu queria deslocar essa questão para o centro do campo semântico da democracia, do que significa a democracia.

Dizer que política e fortuna estão intimamente implicadas significa, por um lado, recusar ao mundo a feição de uma realidade fechada, ou seja, de um sistema inteiramente pré-determinado, seja por forças impessoais, seja pela própria vontade humana. Sei que colocar as coisas como vou colocar agora parece um tanto banal, mas o fato é que eu tinha em mente dialogar com aquela conhecida passagem do *Dezoito Brumário*¹³, em que Marx diz: “os homens fazem a história, porém não como querem, mas segundo as circunstâncias herdadas do passado”. Sim!, existe a herança do passado, ela afeta, e muito, o que podemos fazer, mas a política só poderia significar um fazer independente, autônomo, se supuséssemos que há “fissuras” ou “brechas” nessa realidade herdada. Essa brecha é, a meu ver, a fortuna.

Muitos pensam, hoje em dia, que “fortuna” poderia ser interpretada como aquilo que os filósofos modernos costumam chamar de “contingência”. O que não deixa de ser verdade, mas apenas em parte. Tal como leio Maquiavel, a fortuna não é apenas uma força ca-

12 Weber, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002.

13 Marx, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Maria Teresa de Sousa. Coimbra: Nosso Tempo, 1971.

prichosa, mas também uma “ocasião”, oportunidade para renovar, para fazer algo novo, e implodir realidades congeladas, aparentemente imutáveis. Pois ela significa a intrusão do inusitado, do inesperado, que interpela e desafia a intervenção humana. É claro que o inesperado pode ser, em princípio, se levarmos em conta a situação conflitiva que solicita a ação política, uma boa notícia para alguns e má notícia para outros; mas isso importa pouco, porque a partir da emergência do inesperado, tudo vai depender de como cada lado lidará com ele.

Pois bem, agora vou usar uma expressão que é a suma desse raciocínio: a fortuna introduz o “estranho” num mundo que, antes, nos parecia familiar. Só que o estranho não é todo e qualquer contingente. O estranho tem um papel mais delimitado no espaço da ação política: o estranho faz balançar as fronteiras, perturba o que está “dentro” e desestabiliza a identidade desse “estar dentro”. Daí sua contribuição heurística para pensar a democracia – se supusermos, como diz Nadia Urbinati, que a democracia é um “regime do tempo”¹⁴, isto é, aberto para o futuro, que é, pelo menos parcialmente, indeterminado. Se você quiser, a democracia é um regime que, ainda que delimitado por fronteiras geográficas, não tem fronteiras na dimensão do tempo. Por isso, nessa perspectiva, o estranho não é o “inimigo”, o *hostis*, para lembrar a famosa definição schmittiana do político, a meu ver estreita demais. Em vez de tomá-lo como algo que ameaça a existência de seu oposto, entendo o estranho como um operador da cisão do real, aquilo que o trinca e dá passagem (oportunidade) a uma ação deliberada e inteligente.

Como isso se relaciona com minha reavaliação crítica da abordagem normativa? Penso que o normativismo tende a predeterminar a realidade com as cores do juízo moral, por isso nos levando a pensar o campo sobre o qual a política intervém como uma realidade fechada. Como se o “bem” (ou o “justo”, o “correto”) precedesse o “político” e de certa forma o determinasse. Como eu gosto de dizer: a pergunta fundamental da política é “o que fazer?”. Mas isso não significa apenas “o que devemos fazer?” (as tais obrigações morais mencionadas por Kymlicka), mas também “o que podemos fazer?”, implicando às vezes mais, e às vezes menos, do que aquilo que a consciência moral nos dita. A razão da política não se resume, portanto, à “reta razão” que encontramos nos textos da tradição jusnaturalista – à qual, nesse aspecto, as teorias normativas contemporâneas dão continuidade –, porque a fortuna, pensada como o estranho, produz uma torção fundamental em sua estrutura plana e linear.

Não se trata de dizer, porém, que os ditames da política se opõem aos ditames da moralidade. Significa, antes, que a política “excede” esses últimos, projetando a ação humana para um campo mais largo e menos determinado. Ela nos leva a pensar o espaço das interações sociais com uma certa curvatura, tornando o caminho a percorrer mais longo, ou mais curto, do que a linha reta. Nas democracias, é precisamente o estranho que introduz essa curvatura.

Queria, por fim, que essa perspectiva nos instigasse a repensar a posição privilegiada que a abordagem normativa dá ao sujeito moral, em sua relação com o mundo que ele defronta. De certo modo, essa posição do sujeito moral pretende ditar ao mundo como ele deve ser, na medida em que o mundo que projeta é constituído de normas – daí o

14 Urbinati, Nadia. *Representative Democracy: Principles and Genealogy*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2006.

diálogo estreito que o normativismo mantém com as visões institucionalistas da ciência política. Pelo contrário, uma abordagem mais independente ou autônoma da política nos leva a colocar o sujeito e o mundo num mesmo patamar: não há privilégio de um ou de outro. Há mesmo um quê de retorno ao “realismo” nela, mas sem significar uma postura de acomodação à realidade existente: se o mundo é a fonte do estranho, dar-lhe o devido reconhecimento (mesmo que seja para enfrentá-lo) é, aí sim, o primeiro passo de uma ação transformadora. Insisto: não se trata de rejeitar a importância dos valores morais – mesmo porque, muito do que se faz em política é um desdobramento de ideais e perspectivas morais. A crítica que tenho em mente não se dirige à inclusão desse aspecto na política, mas à tentativa de sua redução a ele.

Lucas Baptista: Professor, só para continuar essa reflexão. Justamente partindo desse ponto sobre o excesso de sentido da democracia, característico do processo político democrático, como que o senhor chegou ao diagnóstico de que, de alguma forma, o próprio mundo se vê marcado em nossa época por uma “ressaca moral”?

Cicero Araujo: A primeira vez que usei essa ideia de “ressaca moral”, durante um curso na graduação, foi para indicar, por contraste, um vínculo da época atual com a dos anos 1960 e 1970. Porque é como se o mundo ocidental (especialmente os países mais avançados do capitalismo), se pudesse ser representado por uma pessoa, tivesse naqueles anos tomado um grande “porre” e em seguida ter acordado com aquela dor de cabeça e mal-estar horrível conhecido como “ressaca”. Veja então a guinada: nos anos 1960 e 1970, a própria noção de interdição moral parecia sinônimo de tradicionalismo e conservadorismo, um arcaísmo religioso do qual deveríamos nos libertar. Um mundo emancipado teria de ser um mundo livre de restrições morais, as quais só existiam porque a sociedade tradicional é cheia de recalques e neuroses, as próprias distinções morais – o bom e o mau, o certo e o errado – aparecendo simplesmente como um sintoma disso.

Pois bem. Dê um salto de 40, 50 anos para frente, e o que encontramos? Quase exatamente o inverso dessa expectativa. É como se tivéssemos dado um salto de volta à época vitoriana, para um novo *great awakening*, um grande despertar não só religioso, mas mesmo quando não religioso, com grande dose de fervor moral. E não estou falando apenas de um “despertar” da direita, mas também da esquerda. Que a direita tenha feito isso, não é tão surpreendente, mas a esquerda... é meio esquisito e requer explicação. O fato é que ambos os lados resolveram fazer um baita investimento no discurso moral, ainda que divergindo radicalmente sobre o que deve ser proibido e o que deve ser permitido. Mas se os respectivos movimentos sociais e partidos assim o fizeram foi porque capturam um sentimento difuso no ar, propício a esse investimento.

Eu acho que o que falei antes sobre o predomínio contemporâneo da teoria política normativa tem a ver com essa guinada histórica mais ampla. Ela é, num primeiro momento, a antecipação filosófica dessa guinada e, em seguida, uma glosa, um longo comentário a ela – mas um comentário rigoroso e sofisticado. Aliás, tem para todos os gostos: direita ou esquerda, liberal ou conservador, feminista ou antifeminista, enfim, o que você quiser.

Mas veja só: o fato de eu fazer um juízo crítico dessa onda normativista não quer dizer que tudo que foi feito nela tenha de ser desconsiderado. Pelo contrário! Tudo o que foi elaborado nesse terreno tem de ser rigorosamente examinado, até para tornar a empreitada crítica fértil e proveitosa para todos. De resto, há muita coisa interessante ali a ser resgatado, mesmo numa perspectiva crítica. De qualquer forma, o que mais me intriga nessa história nem é tanto o aparato conceitual de fundo e as teorias erguidas sobre ele, mas as condições históricas e sociais que tornaram esse investimento no discurso moral não só plausível, mas profundamente sedutor. Em termos de contexto de época, minha suposição é que isso está, de algum modo, relacionado ao fato de a combinação de democracia e capitalismo neoliberal ter se afirmado, de trinta ou quarenta anos para cá, como *the only game in town*. O colapso dos países socialistas a leste, e do consenso social-democrata a oeste, acabou estreitando radicalmente o horizonte de alternativas. Na medida em que o capitalismo e a democracia, juntos, passaram a fazer parte da paisagem natural, tornando-se o limite do possível, a política enquanto um campo de ação próprio, independente, perdeu muito de seu gume. Se olharmos as coisas por esse ângulo, acho que não mais parecerá tão espantoso que a política tenha se encolhido para o campo da ética ou da moralidade. Porque a escolha fundamental deixou de ser entre sistemas sociais e políticos divergentes, mas sobre o que fazer para que o sistema, já aceito de antemão, funcione de modo correto ou decente. Ou seja, de um modo que fosse moralmente aceitável.

Lucas Baptista: Professor, gostaria de trazer para mais perto de nossa conversa esse contexto neoliberal. Como sua análise sobre a saturação do campo ético-moral se liga a esse contexto? Por exemplo, com a proeminência que o tema da corrupção adquiriu nos últimos tempos, e que muitos consideram ser uma das fontes principais da crise contemporânea das democracias? Enfim, em que medida o senhor vê essa saturação das questões morais como consequência da hegemonia neoliberal?

Cicero Araujo: Os analistas críticos costumam apontar que o ciclo neoliberal marca um período de despolitização do Estado e da sociedade. De fato, o que vimos nesses anos todos foi um gradual esvaziamento do leque de questões para as quais se aceita fazer a disputa pública. Os grupos sociais privilegiados, e seus porta-vozes no sistema político, conseguiram, através de argumentos tipicamente tecnocráticos, retirar da pauta os temas mais sensíveis. A ciência econômica *mainstream* teve um papel importante nisso, ao dar chancela “de certeza científica” a respostas, na verdade altamente controversas, a problemas econômicos. E ao fazê-lo, legitimou a ideia de que há certas áreas de decisões que não deveriam ficar ao alcance dos “políticos” e dos ciclos eleitorais. Por isso, trataram de criar dentro do aparato estatal espaços selados, verdadeiras câmaras à prova do ruído da praça pública, onde tecnocratas podem conduzir assuntos fundamentais como bem entendem. Esse processo de despolitização apenas facilitou a captura de “pedaços” do Estado pelos grandes grupos econômicos e financeiros. Porque o dinheiro já exerce um impacto enorme no sistema político e, por vias transversas, sobre os partidos. Mas se além disso você baixa a cortina das “janelas” do Estado, bloqueando o escrutínio público e a disputa política, o que vai restar é a influência de um só lado: justamente aquele que a exerce através do poder do dinheiro.

De uma maneira mais indireta e mais complicada, considero que a redução do campo da disputa política ao campo moral também joga água no moinho da despolitização. Vou focar primeiro a teoria política normativa e depois dizer algo sobre práticas políticas concretas. Em princípio, como a citação que fiz de Kymlicka indica claramente, o campo normativo não toma como objeto as pessoas, os indivíduos, mas normas e instituições, pois isso é o que distingue a moralidade privada da moralidade pública. Uma discussão sobre o “moralmente aceitável” poderia abrir, em tese, as portas para uma disputa política em torno de quais normas e instituições seriam apropriadas para o sistema funcionar correta ou decentemente. Essa é, por exemplo, a “pegada” da teoria da justiça de John Rawls: ele diz reiteradamente que sua moralidade política está voltada para normas e instituições, e não para pessoas.

Contudo, no frigidar dos ovos, o apelo fundamental de sua elaboração é para a consciência moral, ou melhor (para usar os termos dele), para a “pessoa moral”: se conseguirmos fixar os princípios normativos básicos que devem orientar suas decisões, essa pessoa-padrão, digamos assim, saberá escolher as instituições corretas. E uma vez sabendo o que fazer, ela irá, se tiver suficiente boa vontade, “fazer o que deve ser feito”. Eis, portanto, as duas únicas alternativas que lhe restarão no final desse percurso: fazer o bem ou fazer o mal. Meu ponto é que, na medida em que o leque de escolhas é reduzido a esta disjuntiva, a política deixa de operar como um campo independente da ação coletiva. É um caminho despolitizante.

Ok, no debate acadêmico, especialmente o mais teórico, tudo pode ser posto em questão, inclusive o fundamento que cada teoria normativa oferece para definir o que é bom ou mau, certo ou errado, decente ou indecente. No mundo acadêmico, nós podemos levar essa discussão ao infinito, e no nível mais abstrato possível, mas não na arena muito mais ampla na qual se disputa o destino de uma comunidade ou de um país. Submeter, nessa arena, os diferentes projetos sociais, econômicos, culturais etc. das potencialmente divergentes partes interessadas, à grade binária das distinções morais só pode levar a uma simplificação grosseira do debate público. No limite, a uma disputa intratável: afinal, quem poderia estar empunhando alternativas qualificadas como moralmente inaceitáveis, senão pessoas “do mal”, de má índole? É por aí que interpreto porque, numa época de ressaca moral – enfim, numa época dominada pela má consciência – o debate público acaba sendo radicalmente afunilado para a questão da corrupção, e a disputa entre as partes banalizada por um tiroteio de acusações sobre o caráter moral de seus respectivos protagonistas.

Voltando agora à relação disso tudo com a ordem neoliberal. Acho muito curioso que, sob essa ordem, as grandes questões de política econômica, por exemplo, sejam facilmente colocadas de escanteio, ao mesmo tempo que a pauta moralizante seja não só aceita, mas levada para o centro das atenções. Vejo nisso um efeito de compensação: “não discutimos a superexploração do trabalho, ou as razões da desigualdade social, ou a meritocracia; mas quanto à conduta das pessoas, inclusive as que acumulam grande poder (riqueza, prestígio etc), disso podemos conversar...”. Em outras palavras, questões que puderem ser pasteurizadas nesse filtro – por exemplo, o modo apropriado ou inapropriado das interações pessoais em estruturas hierárquicas, como vem acontecendo no campo das relações interraciais e de gênero – passam a ser “debatíveis” e receber a luz dos holofotes. Como se a mensagem de fundo fosse: “se todas as pessoas se comportassem de modo decente umas com as outras, o sistema funcionaria à perfeição; só não é assim porque o mundo é povoado

por pessoas perversas, disposta a fazer o mal”. E a resposta para isso é igualmente simples: submeter o próprio sistema a um contínuo processo de expurgo, para que nele predominem as pessoas “de bem”, não importa a cor, o sexo, a origem de classe, ou qualquer outro fator qualificável como mero acidente de percurso. Como é muito difícil que, nas agruras do dia a dia, as pessoas venham a comprar todo o teor dessa espuma moralizante, sou inclinado a supor que os sobreviventes se entreguem à mais deslavada hipocrisia, desencadeando efeitos imprevisíveis – talvez perturbadores – para a própria coesão da ordem prevalecente.

Lucas Baptista: Vou fazer agora algumas questões um pouco mais pragmáticas, apenas para termos o registro, no sentido de pensar a presença de possíveis obstáculos e limites a esta pesquisa que o senhor está levando a cabo. Poderia nos falar algo sobre isso?

Cicero Araujo: A maior limitação para mim é conseguir dar conta da imensa literatura na qual o projeto está inscrito. É como se você estivesse num imenso labirinto e quisesse, claro, sair dele. Há muitas trilhas – a maioria possivelmente – que vão dar em nada, muitos becos sem saída; e algumas (talvez poucas) que podem me levar para fora. Eu acho que esse é o principal desafio. É claro que o projeto é o desenho, o rascunho de uma saída, mas entre o projeto e o resultado final há um caminho sinuoso, cheio de surpresas.

Lucas Baptista: Nesse projeto de saída da floresta ou do labirinto, você tem alguma equipe de pesquisadores internacionais que dialoga com você?

Cicero Araujo: Não, nenhum grupo específico. Tenho diálogos com vários colegas, mas eu mesmo não tenho uma equipe de pesquisa. Na teoria política, costumamos fazer uma carreira “solo”.

Lucas Baptista: Ou contato mesmo. O contato já seria interessante.

Cicero Araujo: Sim. Vou citar alguns. Eu tive um bom contato na França com o laboratório *Sophiapol*, da Universidade de Paris-Nanterre, onde atua essa dupla de autores que tem escrito várias coisas muito interessantes sobre o neoliberalismo – Pierre Dardot e Christian Laval. Mas é curioso, porque, na verdade, o diálogo é muito indireto. Eles têm uma referência muito forte na obra de Michel Foucault, autor com o qual lido pouco. Mas então eu descobri que eles estavam resgatando a obra de um autor que trabalhou muito o tema da autonomia – Cornelius Castoriadis¹⁵ –, e o tema da autonomia, este sim, é central no meu

15 Ver: Castoriadis, Cornelius. *A Instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v.52); *As Encruzilhadas do labirinto I*. Tradução de Carmen Sylvia Guedes, Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987: a criação humana I*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Tradução de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 – 1992.

projeto. Na última fase de sua vida, Castoriadis fez um investimento grande na psicanálise, à qual ele acrescentou o acerto de contas que havia feito com o marxismo. A psicanálise, por sua vez, o fez prestar atenção na filosofia moral e na filosofia política. Eu acho que foi assim que ele chegou na questão da autonomia. Não sou muito familiarizado com a psicanálise, mas aprendi bastante estudando a obra de Castoriadis – e, de qualquer jeito, a psicanálise leva à teoria do sujeito, que incide diretamente em minha pesquisa. O sujeito moral faz uma certa vizinhança com o sujeito da psicanálise.

Aqui no Brasil, atualmente, tenho uma interlocução muito grande com um grupo de pesquisa do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da FFLCH, onde estão vários colegas – mais do que colegas, amigos mesmo – com quem tenho uma conversa intensa e fluente. Também coordeno um grupo de estudos no Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA), o grupo “Neoliberalismo, Subjetivação e Resistências”, onde lemos e discutimos textos de interesse comum, e de vez em quando promovemos alguma atividade pública. Por fim, temos o Núcleo de Teoria e Pensamento Político do Cedec, que está dando seus primeiros passos, onde nos dedicamos a discutir *papers* elaborados pelos membros do grupo.

Lucas Baptista: Em sua carreira solo, o senhor possui algum financiamento público para a pesquisa?

Cicero Araujo: A pesquisa lá na França teve financiamento do CNPq. Mas atualmente não tenho nenhum.

Lucas Baptista: Mas você pretende tentar alguma fonte de financiamento ou não?

Cicero Araujo: Eu participei, com o pessoal do Cenedic, da elaboração de um projeto temático na Fapesp, mas ele acabou não seguindo em frente. Mas tenho esperança de que em algum momento este projeto, ou algo semelhante, volte à baila, porque trata das crises contemporâneas da democracia e do capitalismo, um assunto de grande interesse, especialmente nesta conjuntura especial que estamos vivendo aqui no Brasil.

Lucas Baptista: Muito obrigado pelas respostas, professor. Finalizamos o primeiro momento da entrevista. Passo agora a palavra para Leonardo Belinelli, que vai conduzir o segundo momento da entrevista.

Leonardo Belinelli: Vamos falar um pouco do livro, *A forma da República: da constituição mista ao Estado*, que foi publicado em 2013 e é uma reelaboração da livre-docência defendida em 2004. Como surgiu o projeto de escrever a livre-docência sobre esse tema? Por que esse tema? Como ele se inseriu em um debate teórico? E como se posiciona nesse debate?

Cicero Araujo: A ideia original da tese era fazer uma revisão da teoria do Estado, mas não da maneira como a sociologia ou o direito costuma fazer teoria do Estado. Eu queria elaborar essa teoria a partir daquilo que chamei de “ideais de cidadania”. Veja, o enquadramento já partia de suposições meio normativas: pensar o Estado através de sua relação com o conceito de cidadania. Na tese, o conceito é desdobrado em três ideais distintos: um que chamei de “plebeísmo”, o outro de “pluralismo”, e o terceiro, muito associado ao conceito de virtude – e que remete à questão do republicanismo –, eu chamei de “civismo”. A primeira vez que me ocorreu esse desdobramento foi ao escrever um artigo para *Lua Nova* em 2000 – quando Gabriel Cohn ainda era editor da revista, e havia proposto publicar um dossiê sobre o tema da república. O artigo intitulava-se “República e Democracia”¹⁶. No texto, tentei explorar uma possível tensão entre o componente do plebeísmo e o componente do civismo, mostrando como que na história do pensamento político perspectivas que enfatizavam a qualidade da cidadania tendiam a entrar em choque com os que enfatizavam a expansão da cidadania. O que me levou a elaborar um esquema abstrato das possíveis relações entre república e democracia. Eu associava a democracia com visões, claro, que tomam como positivo as tentativas de expansão da cidadania, de inclusão de quem está fora para dentro do corpo de cidadãos; enquanto associava a república ao anseio pela excelência do exercício da cidadania (daí a questão da virtude). Mas dentro do próprio campo do republicanismo eu via duas vertentes. Um republicanismo que sustenta a incompatibilidade entre a expansão e a excelência, o “republicanismo de viés aristocrático”. E outro que aposta numa combinação superior desses dois componentes, o “republicanismo de viés plebeu”.

Foi mais ou menos por aí que o trabalho foi evoluindo até chegar na escrita da livre-docência. De certo modo, eu tentei juntar o estudo da história do pensamento político com o da história das próprias instituições, até chegar no conceito moderno de Estado, e como neste último o componente do plebeísmo e o componente do civismo se embaralham, desembaralham e voltam a se embaralhar. Mas eu deixei de fora o outro componente que no projeto original era muito importante – o pluralismo –, que é justamente a face da cidadania que eu via ligada à tradição liberal. Depois que eu fiz o concurso de livre-docência, resolvi arriscar a inclusão desse terceiro componente na reflexão, antes de transformar a tese num livro para publicar. O resultado foi que tive de reescrever quase todo o trabalho, pelo seguinte. Para mim, o arranjo institucional típico da tradição republicana é a “Constituição Mista”. Na tese, eu tentei mostrar que o Estado moderno poderia absorver a moldura da Constituição Mista. Metade dela foi escrita com essa intenção. Mas quando eu introduzi o componente do pluralismo na elaboração da teoria do Estado, eu percebi que a hipótese de uma continuidade com a Constituição Mista não funcionaria. Então tive de refazer várias coisas e, na verdade, escrever uma metade inteiramente nova do livro, o que me custou um bom par de anos. Mas finalmente eu consegui chegar a uma série de argumentos para mostrar por que a teoria da constituição mista não “casa” com a teoria do Estado moderno. Não tem como juntar as duas. Mesmo a teoria moderna da divisão de poderes, que poderia lembrar algo da Constituição Mista, tem de receber uma outra moldura para fazer caber nela o conceito de soberania. E finalmente o próprio sentido do conceito de constituição muda totalmente.

Leonardo Belinelli: A questão seguinte se refere justamente ao diálogo com o republicanismo. Voltamos um pouquinho ao que falávamos no início da entrevista, porque o senhor foi um dos primeiros – acho que podemos dizer isso – a recepcionar os escritos de Pocock. O senhor escreveu a apresentação de uma coletânea publicada pela Edusp¹⁷, em que chama atenção para a tese historiográfica de Pocock, até fazendo uma espécie de contraponto bem precoce a essa recepção mais metodológica ou metodologizante, por assim dizer, dos textos dele. Como o senhor se relacionava com essa bibliografia à época? Porque notamos em seu livro justamente uma confluência temática, mas não necessariamente metodológica. Quer dizer, como o senhor se valeu dessa perspectiva ou de outras para escrever seu trabalho?

Cicero Araujo: De fato, minha assimilação da chamada “Escola de Cambridge”, de que Pocock, foi muito menos metodológica e mais de conteúdo mesmo. Aquela introdução que eu escrevi para aquela coletânea do Pocock que saiu na Edusp foi meio improvisada, apenas para dar um panorama bem genérico do pensamento do autor. Os capítulos que saíram naquela coletânea foram, se não me engano, indicados pelo próprio Pocock, e permite ver os diferentes temas abordados em sua obra: desde a questão da mobilidade da propriedade, passando pela luta política travada na Inglaterra no século XVIII e pela Revolução Americana, até chegar a uma análise de tópicos do pensamento de Edward Gibbon.

Digo também que foi uma coisa meio parcial (a apresentação da coletânea) porque não visava fazer justiça, por exemplo, a todas as complexidades da Escola de Cambridge. Mas se você prestar atenção em um dos capítulos iniciais da coletânea, “Virtudes, direitos e maneiras”¹⁸, que é um texto bem metodológico, ele mesmo faz uma crítica ao Skinner. De modo que essa corrente metodológica não é, ela mesma, um monobloco. Eu mencionei uma das ideias mestras da escola, que é a de contexto intelectual, mas o fato é que o modo como Pocock concebe contexto e como Quentin Skinner o concebe são diferentes. Skinner está muito mais preocupado com a intenção dos autores dentro de um jogo de linguagem comum, para desvendar “o que o autor estava querendo fazer ao escrever um texto político”. Mas a intenção é um “evento” muito circunscrito aos problemas históricos ensejados naquele contexto específico, que não se repetem em qualquer tempo. Se o sentido do texto tem a ver com a intenção do autor, então ele não pode ser transportado para outra época ou lugar. Ele é único, não-repetível, digamos assim. Por sua vez, Pocock é menos comprometido com esse contextualismo radical. Naquele capítulo, por exemplo, ele mobiliza o linguista suíço Ferdinand de Saussure, que é tido, na linguística como um estruturalista. Ele evidentemente não trabalha com o conceito de ato de fala, que só virá mais tarde com a filosofia de John Austin, de que Skinner se vale. Para Saussure, provavelmente, o ato de fala seria simplesmente algo como a atualização da estrutura, seria mais a estrutura da

17 Araujo, Cicero R. R. Apresentação. Um “giro linguístico” na história das ideias políticas. In: Pocock, J. G. A.; Sergio Miceli (Org.). *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003. (Clássicos; 25), pp. 9-21.

18 Pocock, John G. A. Virtudes, direitos e maneiras: um modelo para historiadores do pensamento político. In: Pocock, J. G. A.; Sergio Miceli (Org.). *Linguagens do ideário político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003. (Clássicos; 25), pp. 83-99.

linguagem do que a intenção do sujeito que daria sentido a uma “fala” (um texto). Pocock quer enfatizar a ideia de que uma estrutura fornece uma gramática para a linguagem política, isto é, uma série de signos de diferença, de contraste. O sentido de um conceito é extraído do modo como, num determinado contexto, ele faz contrapontos com outros conceitos: virtudes x direitos, direitos x maneiras, virtudes x maneiras. Para Pocock, portanto, à diferença de Skinner, é mais fácil discutir como uma determinada corrente ideológica (o humanismo cívico, por exemplo), corrente de pensamento político, apesar de ter nascido num determinado tempo e lugar, pode “viajar” ao longo da história e do espaço, para épocas diferentes daquela que a originou em primeiro lugar. Essa é uma das teses centrais de seu livro mais conhecido, *The Machiavellian Moment* (1975). É o que o anima a explicar como algo que surgiu durante o Renascimento Italiano, no século XV, pôde séculos depois atravessar o Atlântico e fornecer combustível ideológico para os rebeldes americanos das colônias inglesas do século XVIII.

Mas reitero que o que me interessa, ao fim e a cabo de tudo isso, é menos o debate metodológico e mais o que está em jogo em termos da política mesmo, do fazer político. “Fazer teoria política fazendo história do pensamento político”, como dizia Pocock, e nisso tenho maior sintonia com Pocock do que com Skinner. Porém, nesse livro que escrevi sobre a forma da república, Skinner também está muito presente, não só para reconstituir as ideias de Constituição Mista durante o Renascimento, mas especialmente para discutir o conceito moderno de Estado. Skinner nos deu uma contribuição notável sobre esse conceito, num artigo escrito (mas retomado várias vezes depois) para uma coletânea – se não me falha a memória, publicada em 1989 – sobre o tema da “mudança conceitual”¹⁹. Mas isso não bastava. Como meu ponto de partida eram as cidades-repúblicas da Itália medieval, precisei examinar a literatura sobre a história factual dessas cidades, para entender como suas instituições funcionavam efetivamente, e até me valer da tipologia da cidade europeia que Max Weber mobiliza para as compreender: cidade antiga x cidade burguesa, cidade patricia x cidade plebeia etc; e também através de Weber, entender como as diferenças na maneira de fazer a guerra e as diferenças de religião afetavam sua existência²⁰.

Leonardo Belinelli: Na abertura de seu livro *A forma da República* tem um trecho que chamou muito a nossa atenção, em que o senhor discute a palavra “forma”. O senhor escreve: “Não se pretende reduzi-la, a palavra forma, a uma questão de procedimentos e regras do jogo, mas, ao contrário, incorporar em seu significado os valores substantivos que dão sentido às práticas de um regime político”. E o trecho nos remete ao problema do diálogo entre teoria política e problemas práticos da democracia, como, por exemplo, o problema da *accountability*. Então, a pergunta que nos ocorreu foi pensar em que medida seu trabalho teórico dialogava, ainda que indiretamente, com esse tipo de discussão a respeito da qualidade da democracia, por assim dizer. Quer dizer, da capacidade dessa forma produzir a *accountability*, e dar sentido a uma *accountability* democrática. Ainda relacionado a essa ques-

19 Skinner, Quentin. The State. In: Ball, T; Farr, J.; Hanson, R. L. (Eds.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge University Press, 1989.

20 Weber, Max. *Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Volumes 1 e 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4. Ed. 4. Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

tão, encontramos no final do livro um outro trecho que também nos chamou atenção, que diz respeito à representação política: “Se houver alguma falha grave na representação, essa terá de ser buscada em outro lugar. A sugestão neste trabalho é que a busca deve recuar até a própria imaginação política que a tornou possível em primeiro lugar”. Quer dizer, o trecho acaba sugerindo não só uma estratégia investigativa, uma estratégia metodológica, mas também uma relação entre a teoria política e a própria política, para voltarmos aquilo que nós falávamos antes. Enfim, o senhor poderia comentar um pouco sobre essas questões?

Cícero Araujo: Para ser bem sincero, eu não estava pensando em *accountability* quando escrevi essas passagens que você citou. Eu estava mais preocupado, na verdade, com o problema da relação entre forma e conteúdo. A meu ver, na política como na arte, não há conteúdo efetivo sem forma e não há forma sem conteúdo. E me parece que o segredo da prática política bem-sucedida é encontrar a forma adequada para um determinado conteúdo. Sem isso, você pode até propor um conteúdo justo e equitativo, moralmente elevado, mas sem a forma política adequada esse conteúdo fica sem o gume que permite fazê-lo penetrar no mundo real. Na época, porém, essa questão não tinha ainda me feito atinar para a crítica à perspectiva normativista da teoria política.

O problema da democracia vai aparecer mais claramente na segunda parte do livro, quando examina como aquele conceito moderno de Estado, a que me referi acima, se combinava com os valores político-morais que os regimes democráticos inscrevem em suas instituições. Ficou claro para mim que essa combinação mudava os termos da relação entre os cidadãos e o poder político. O cidadão deixava de ser tratado como membro de um grupo social distinto dentro da cidade e passava a ser reconhecido como indivíduo. Essa individualização da cidadania me parece um dado conceitual essencial das democracias modernas, produzindo uma inflexão nas instituições republicanas tradicionais: os tribunais, a forma e o papel das eleições, a representação, o tratamento dado à forma partido e assim por diante. E produz as condições históricas para a secularização da política e a “invenção” da autonomia, a autonomia moral em primeiro lugar, mas, em íntima conexão, o ideal da autonomia política.

Quanto ao trecho que você citou do final do livro, sobre a representação. Depois de refazer a meu modo a teoria da representação política, eu queria deixar uma crítica à discussão muito técnica que se faz sobre esse assunto, na ciência política *mainstream*. Como se o problema da representação se resumisse a encontrar a “engenharia” institucional adequada, para que então o sistema político viesse a ter eficiência (governabilidade) e legitimidade. Como se o sentido do conceito de representação já estivesse dado de antemão, bastando agora verificar e medir os efeitos empíricos que diferentes fórmulas de representação produzem: representação proporcional ou majoritária, presidencialismo ou parlamentarismo etc. Você vai encontrar dúzias e dúzias de papel sobre esse assunto. Além de entediante, esse debate me parece girar em falso, na medida em que retira toda a “carne” da questão, deixando apenas sua carcaça. Mais ou menos como acontece na teoria normativa, quando ela resvala para discutir a “casuística moral”, quer dizer, casos específicos de conduta social: se o Estado deve permitir ou não o uso do véu, se o cinto de segurança deve ser obrigatório ou não, que palavras são apropriadas ou impróprias etc. Perde-se a visão da floresta para olhar exclusivamente a árvore. Mas sabe o quê? Também vejo nesse fenômeno acadê-

mico um reflexo do empobrecimento do debate público, sua tendência cada vez maior à casuística, em detrimento da discussão sobre projetos sociais e políticos abrangentes, amplos. De novo, a consequência de vivermos uma época de expectativas rebaixadas a respeito da capacidade da sociedade se mobilizar para transformações daquilo que chamei antes de “pano de fundo”, uma vez que passamos a considerar certas decantações históricas, tais como essa mistura de democracia com capitalismo neoliberal que temos hoje, como limites fixos, dados invariantes não só do que existe aqui e agora, mas também do que se pode esperar.

Leonardo Belinelli: Muito obrigada pelas respostas, professor.

Cicero Araujo: Eu que agradeço.

Lucas Baptista: Hoje, dia 26 de outubro de 2020, damos continuidade à entrevista com o professor Cicero Araujo, com questões relacionadas à sua formação acadêmica e projetos para o futuro²¹.

Começamos com uma pergunta simples. O senhor vem de um caminho da Física para as Ciências Sociais, em especial para teoria política. Como o senhor vê essa trajetória hoje, e como ela se relaciona (ou não) com as coisas que aconteciam no Brasil na época de sua formação – por exemplo, o processo de redemocratização do Brasil, que se confunde com essa sua trajetória?

Cicero Araujo: Como todo estudante de graduação, a primeira escolha não é necessariamente uma opção definitiva. Como eu, outros colegas hoje na filosofia ou nas ciências sociais fizeram percurso semelhante, vindos de outras áreas do conhecimento científico. No meu caso, eu sempre tive interesse pela filosofia e pela política. Quando eu terminei minha graduação na Unicamp, eu concluí que aquilo que mais despertava meu interesse não era exatamente a física, mas algo mais próximo da filosofia. De modo que acabei ingressando no curso de pós-graduação de filosofia da própria Unicamp. Mas não parei aí: com o tempo fui me deslocando para a filosofia política e depois para as ciências sociais e a ciência política, até finalmente ingressar, como docente, num departamento de ciência política. Enfim, é uma trajetória que eu vejo mais ou menos como natural, pelo menos se considerarmos um jovem de 17 anos que, ao entrar na universidade, é levado a optar por uma carreira sobre a qual tem uma ideia muito superficial, mas que vai descobrindo outras coisas no meio do caminho.

Lucas Baptista: Em que medida essa escolha pelas Ciências Sociais teve relação com o processo de abertura democrática no Brasil, que fez parte da sua trajetória?

21 Este segundo bloco da entrevista foi formatado como *podcast* para o Boletim Lua Nova, que fez uma temporada dedicada a discutir as crises da democracia no Brasil e no mundo. O programa pode ser escutado neste link: <https://podcasts.apple.com/us/podcast/para-onde-vai-a-democracia-01/id1560317826?i=1000514488630>.

Cicero Araujo: Já na graduação, eu me meti no movimento estudantil e, por tabela, na movimentação política mais ampla que acontecia na época. Era um tempo de grande abertura de perspectivas, de caminhos e oportunidades alternativas, que talvez deixaram de existir depois. Não vivíamos ainda sob um regime democrático – eram os anos do presidente-general Figueiredo, o último governante do regime de 1964 – mas vivíamos sim num período de intensa democratização da sociedade. Isso, claro, me atraía muito para a política, tanto para a militância quanto para a reflexão. Fosse outra a época, minha trajetória acadêmica talvez tivesse sido diferente.

Lucas Baptista: Dentro desse processo de redemocratização e da sua escolha pela teoria política, em que medida essa teoria pode nos ajudar a desvendar os sentidos da crise da democracia hoje?

Cicero Araujo: No período que sucede este processo de transição para a democracia que acabo de mencionar, digo, o período que se abre em seguida, em que o regime democrático ganha voo de cruzeiro e se estabiliza, eu acho que a teoria política, predominantemente, buscou ficar em sintonia com ele. Assim, ela se concentrou em estudar os princípios morais ou ético-políticos que estariam informando os regimes democráticos que renasciam na época e, claro, a democracia no Brasil em particular. E justamente porque ela se concentrou muito no funcionamento normal, no funcionamento esperado dos regimes democráticos, foi uma surpresa para todos nós que trabalhávamos nessa direção quando, mais ou menos repentinamente, percebemos que esses regimes estavam passando por um período de perturbações muito sérias. Fomos pegos de calças curtas, digamos assim. Esse sentimento angustiante de crise que estamos vivendo, acho eu, tem obrigado a teoria política a transbordar as fronteiras que ela própria havia definido para si.

Eu vejo isso como uma boa notícia para a teoria política – não me refiro, obviamente à crise da democracia, mas a essa saída da zona de conforto da reflexão sobre a política. Porque a teoria política tem essa tradição de buscar a interdisciplinaridade, de interação forte com outras disciplinas das humanidades – e até fora delas –, e de fato, numa época assim, você é impelido a buscar a abrangência da reflexão na medida em que a própria crise tem múltiplas dimensões. A crise não se dá apenas no plano das instituições oficiais, vigentes, mas também incide em vários campos da sociedade, na economia, na cultura, nos costumes, na religião. É como se todas elas, de algum modo, se combinassem para formar isso que nós estamos chamando de crise da democracia. Eu penso que a teoria política tem essa vocação para uma visada mais ampla, para olhar a floresta, e não apenas as árvores, como eu havia comentado antes.

Lucas Baptista: Olhando, então, a partir dessa perspectiva da floresta, o que senhor destacaria como uma novidade em sua percepção da crise contemporânea?

Cicero Araujo: Do ponto de vista da teoria política que eu conheço, acho que estamos começando a reaprender a olhar para a questão do capitalismo. A crise nos obrigou – e me refiro não apenas aos outros, mas ao meu próprio trabalho – a olhar para esse aspecto

relativamente esquecido, ou pouco destacado, nos debates que prevaleciam no período de estabilidade democrática. Isso vem acontecendo num crescendo, desde a eclosão da crise financeira de 2008, um terremoto econômico que, meio como um *aftershock*, está em parte informando a crise política que vivemos hoje. Como a crise financeira foi absorvida por uma ação concertada dos grandes estados nacionais, ela acabou parecendo o estampido de uma arma dotada de silencioso. Uma explosão abafada no início, mas cujas ondas de choque, com o passar dos anos, foram se espalhando por toda a sociedade, até atingir o âmbito institucional, quando adquire visibilidade graças à ascensão das correntes de extrema-direita, pela eleição de Donald Trump e a vitória do *Brexit* em 2016, a chegada ao governo, em vários países, de lideranças autoritárias, como é o caso do Brasil. Eu diria, então, que um dado novo, importante, da teoria política é ter voltado a prestar atenção no capitalismo e passar em revista a discussão de que o casamento entre democracia e o capitalismo, em particular esse capitalismo em voga em nossos dias, não é um casamento equilibrado, com mútuas vantagens, mas um relacionamento muito tenso, sujeito a chuvas e trovoadas.

Leonardo Belinelli: Queremos saber como é que se deu a passagem de áreas que o senhor já comentou, mas agora com um pouco mais de detalhes, tendo em vista a sua participação política num momento de maior oxigenação do ambiente político no país, como o senhor próprio aludiu.

Cicero Araujo: Pensando um pouco na pergunta que foi já feita sobre isso, eu me arriscaria a dizer que talvez essa trajetória não teria sido feita se não fosse pelo momento que a sociedade brasileira estava passando naquele período, início da década de 1980. E também pelas características que a graduação da Unicamp tinha na época. Eu lembro que o movimento estudantil fazia uma certa crítica à ideia dos cursos básicos que a Unicamp tinha introduzido nas graduações, inclusive nos cursos da área de exatas e tecnológicas. A Unicamp foi fundada com uma grande concentração em cursos das ciências “duras” e tecnológicas, na ideia de ter cursos voltados para o desenvolvimento do país. Você sabe que o regime militar, a despeito de sua natureza autoritária, era muito devotado à ideia do desenvolvimento nacional – pode-se mesmo dizer que o regime militar foi uma continuidade autoritária do nacional-desenvolvimentismo. E a Unicamp foi fundada muito nesse espírito. Uma universidade que contribuísse com o desenvolvimento nacional. Então, havia um investimento muito grande em cursos integrados à pesquisa, à pesquisa básica, claro, mas principalmente a tecnológica. Mas ao mesmo tempo, Zeferino Vaz, que foi o fundador da Unicamp, e seu primeiro reitor, pensava que os alunos tinham que passar por um período inicial de cursos básicos, onde eles poderiam interagir com diferentes disciplinas: exatas, biológicas e também de humanidades. Para isso foi construído no campus um “prediô” meio arredondado, que nós chamávamos de “o Básico”, que era também o lugar em que os estudantes do campus inteiro se concentravam na hora do almoço, ou para fazer uma assembleia ou assistir a um show. Eu diria que era o coração da Unicamp.

Então, eu tive a feliz oportunidade, durante a graduação e já estando no movimento estudantil, de ter cursos que, em tese, não precisariam estar em um currículo de graduação em Física. Hoje na certa não estariam. Eu lembro que tive um fantástico curso de filosofia

política com professor João Carlos Brum Torres, que na época era docente da Unicamp, e fiquei muito fascinado com aquilo. Eu fui apresentado a uma linguagem completamente diferente daquela que era o vocabulário predominante do movimento estudantil da época. No movimento estudantil, nós líamos os livros de Lênin, Trotski, Mao. Eram livros de política típicos do marxismo clássico. É verdade que ler Marx diretamente já era muito complicado para alguém como eu, que fazia a graduação numa área distante das humanidades e das ciências sociais. Então, o máximo que podíamos entender de Marx era o Manifesto Comunista. Quando puseram na minha frente as tais *Teses sobre Feuerbach*, eu só entendi a décima primeira tese, porque era a única inteligível para alguém que não tinha suficiente *background* para decifrar aquele negócio. Porém, durante o período do Básico, eu tive essa experiência de ter um curso de filosofia, sobre o contratualismo. Lembro também que já no final da graduação fiz um curso de economia brasileira com o professor Paulo Davidoff, que era docente do Instituto de Economia. E foi um curso fantástico: além de aprender rudimentos de teoria econômica e macroeconomia, me ajudou a ampliar a visão da política.

Mas, no final da graduação, eu já estava muito convencido de que queria transitar para a área de humanidades. E o alvo mais evidente para mim era a Filosofia, porque era onde a minha formação podia ter alguma passagem. Sempre fui muito fascinado, na Física, por astrofísica e cosmologia, e eu acabei entrando no mestrado da Filosofia (Unicamp) e fiz uma dissertação sobre a relação da cosmogonia de Descartes com sua metafísica e epistemologia²². Enquanto ainda estava fazendo a dissertação, eu acabei mudando para São Paulo, porque arranjei um emprego de *copydesk* na Folha de São Paulo. Comecei na editoria de política internacional e depois fui para a editoria de economia. O jornalismo me aguçou ainda mais o interesse para não só fazer política, mas estudar política. Tempos depois eu me inscrevi num processo seletivo do Cebrap, para integrar o que na época chamavam de “programa de quadros do Cebrap”. E acabei entrando. Aí sim, eu fui me familiarizando com a teoria social, com o pensamento social brasileiro e suas conexões com o pensamento político. No Cebrap você ficava dois anos e no final tinha de apresentar um trabalho e defendê-lo perante uma espécie de banca examinadora. E o que fiz foi um trabalho (engraçado a maneira que encontrei para “forçar a barra” e passar para a teoria política) sobre Descartes e Maquiavel. Eu pesquisei um material de correspondência de Descartes com uma princesa da Boêmia. E tem um período da troca de cartas em que eles discutem os livros do Maquiavel. Descartes dá a ela uma opinião sobre o florentino e discute as reflexões que Maquiavel faz sobre a política, indicando o que a filosofia moral que ele havia elaborado poderia dizer sobre os conselhos que Maquiavel dava aos soberanos deste mundo.

Terminado o estágio no Cebrap, ingressei no doutorado da Filosofia na USP, e aí eu mergulhei de vez nesse campo, fazendo uma tese sobre David Hume, sobre o pensamento moral e político de Hume²³. Terminado o doutorado, eu passei um tempo fazendo um pós-doc na ciência política da Unicamp, com uma bolsa “recém-doutor”. Pouco depois surgiu a oportunidade de fazer um concurso na USP, no Departamento de Ciência Política e foi assim que acabei ingressando na carreira docente da USP.

22 Araujo, Cicero R. R. Verdade e interesse na cosmogonia de Descartes. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1989.

23 Araujo, Cicero R. R. A teoria humeana das virtudes e o contexto jusnaturalista. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 1994.

Leonardo Belinelli: E quais foram as referências teóricas que encaminharam a sua reflexão? Você mencionou que havia o costume de ler Lênin no movimento estudantil. Quais foram os autores que auxiliaram nesse encaminhamento para teoria, para a filosofia política?

Cicero Araujo: Quem queria fazer movimento estudantil naquela época e ter a possibilidade de influenciá-lo, tinha que fazer parte de algum daqueles grupos organizados de esquerda, que eram chamados de “tendências”. Eu fazia parte de uma geração que já tinha rompido com aquele período difícil e complicado que a esquerda brasileira viveu logo depois do golpe, que foi o período da luta armada. A luta armada tinha sido derrotada completamente. E muitas das tendências políticas de esquerda, que na época viviam uma espécie de semiclandestinidade, começaram a chegar à conclusão de que a melhor maneira de lutar contra ditadura era pela luta pública, institucional. Era meio natural que elas atuassem principalmente nas universidades, porque, afinal de contas, muito dos grupos que antes tinham feito a luta armada eram grupos que vinham da juventude universitária. Mas, apesar de terem feito a autocritica da luta armada, quase todos eles se consideravam “marxistas revolucionários” ou “marxistas-leninistas”.

Para você ter uma ideia de como o pensamento revolucionário era ainda muito forte, toda a tendência política mais moderada logo era tachada de “reformista”, o que na época significava algo depreciativo. Assim que eu entrei na Unicamp, me falaram de uma dessas tendências, que os adversários chamavam de “grupo da reforma”, que no início cheguei a pensar que era um grupo liberal, por causa do nome. Na verdade, era o braço estudantil do Partido Comunista Brasileiro!, considerado justamente o grupo de esquerda mais moderado que existia então. Em suma, o marxismo revolucionário na época era um marxismo que vinha na esteira da Revolução Russa, do Partido Bolchevique, do leninismo etc. Para entender seus rudimentos, você lia uma espécie de material propedêutico do marxismo revolucionário, escritos de Lênin, tais como *O que fazer?*; *Duas táticas da social-democracia na Revolução*; *O Estado e a Revolução*²⁴; ou, para quem era trotskista, *O Programa de Transição*²⁵ e os outros textos de Trotski. E para completar a formação cultural, ler as poesias de Maiakovski e os romances e peças de Gorki e Brecht, além de assistir aos filmes do Eisenstein, como *Outubro*, *O Encouraçado Potemkin*. Acho que muitos de nós, talvez a maioria, ainda sonhávamos em repetir no Brasil as façanhas da Revolução Russa. E eu devorava essas coisas todas enquanto fazia as disciplinas de minha graduação: cálculo, geometria analítica, os cursos de mecânica e eletromagnetismo, que eu levava meio aos trancos e barrancos.

Algo que despertou minha atenção na época, e me influenciou bastante, foi a produção intelectual do Partido Comunista Italiano (PCI), que chegava ao Brasil em traduções de diversas editoras. Parecia uma linguagem nova, mais sofisticada em comparação com o marxismo russo ortodoxo, especialmente nos esforços que os intelectuais do PCI faziam no sentido de “atualizar” o pensamento de Marx-Lênin via

24 Lênin, Vladimir. *O que fazer?* Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2020; *Duas táticas da social-democracia da Revolução*. Tradução de Edições Avante; revisão da tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2022; *O Estado e a Revolução: doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na Revolução*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.

25 Trotski, Leon. *Programa de Transição*. The Marxists Internet Archive, 1936.

Gramsci. Aquilo me impressionou e de fato orientou a nossa ação política naquele momento, ao explicar por que e como alguém imbuído de uma perspectiva revolucionária poderia atuar dentro de um regime democrático, ainda que sob o capitalismo. Na época, também, era muito discutido um discurso do secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, feito durante a comemoração dos 60 anos da Revolução Russa. Ele tinha falado da democracia não como um instrumento para chegar ao socialismo, mas da democracia como um valor em si mesma, um “valor universal”. Tempos depois, Carlos Nelson Coutinho, que era um intelectual do Partido Comunista Brasileiro (PCB), transformou aquele discurso em uma elaboração teórica mais ampla²⁶. E isso causou um alvoroço muito grande na esquerda brasileira e deixou uma marca na minha própria formação e na minha militância política.

Leonardo Belinelli: O senhor chegou a se aproximar desses intelectuais brasileiros, como Carlos Nelson, Werneck Vianna etc?

Cicero Araujo: A aproximação se deu depois, e de forma bastante indireta. Por que? Porque com o passar do tempo, por conta dessa experiência de reflexão, mas também por conta da própria militância política, eu fui me aproximando do Partido Comunista Brasileiro. Mas pelo pessoal que dirigia o PCB aqui em São Paulo, cuja principal liderança era David Capistrano Filho. David, aqui em São Paulo, tinha uma interlocução muito grande com o pessoal do Rio de Janeiro. Fizemos juntos uma revista, que chamava *Presença*, uma revista que na época, por conta da luta interna do Partido Comunista, era chamada de “eurocomunista”. Eurocomunista era meio um xingamento, porque, afinal de contas, era a ideia de abandonar a perspectiva, não do socialismo, mas da revolução. Nunca tive contato direto com nenhum deles, a não ser depois, quando ingressei na atividade acadêmica profissional. Antes disso, era tudo mediado pelas conversas que tinha com David Capistrano, que posteriormente ingressou no PT. E eu fui junto. No PT ajudei a fazer, junto com David e Breno Altman, um jornal bancado pelo Diretório Estadual; e editei uma publicação periódica do Diretório Nacional. Participei da campanha de Lula, em 1989. David tornou-se, mais ou menos nessa época, secretário de saúde da prefeitura de Santos, no governo de Telma de Souza, e depois ele mesmo foi eleito prefeito de Santos. Isso é 1994, quando estava retornando de uma estadia em Montreal, para fazer a pesquisa de meu doutorado. Pouco depois de voltar, eu trabalhei um tempo com David lá em Santos.

Leonardo Belinelli: Como é que foi esse período no Canadá? Como é que esse período no exterior impactou não só a sua formação, mas as suas preocupações? O senhor chegou a estabelecer contato com Charles Taylor ou com pessoas próximas a ele?

²⁶ Coutinho, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, 1979, p. 33-47.

Cicero Araujo: Como eu estava fazendo uma tese sobre David Hume, realizei em Montreal (na McGill University) a pesquisa sob a orientação de um grande scholar da filosofia humeana, David Fate Norton. Ele e Mary Norton, a mulher dele, eram muito bons no que faziam, além de serem figuras humanas incríveis, de uma generosidade a toda prova. Ele estudava vários aspectos do pensamento de Hume, em especial (para mim), sua teoria moral, feito na chave do ceticismo. Lá também tive a oportunidade de ouvir diversas palestras de Charles Taylor, que era professor do Departamento de Filosofia da McGill, o mesmo de David Norton. E ao ver Charles Taylor, acabei me familiarizando com o debate que se travou no campo da chamada “teoria política normativa”, o debate entre “liberais” e “comunitaristas”. O campo comunitarista tinha como um dos principais expoentes justamente Charles Taylor, que atuava em parceria com Michael Sandel, seu orientando em Oxford, que se tornaria muito conhecido mais tarde. Mas o principal mesmo foi eu ter mergulhado no estudo de Hume, porque foi por aí que a minha passagem para a teoria política se completou. Através desse mergulho, junto com o estudo do Iluminismo escocês, do qual Hume fazia parte, me pus em contato não só com a tradição de estudo da teoria da justiça, mas também com a questão do republicanismo. Por conta disso, acabei me familiarizando com a obra do John Pocock (J. G. A. Pocock), que tinha uma visão toda peculiar a respeito da relação do Iluminismo escocês com aquilo que ele chamava de *machiavellian moment*, título do livro mais importante que ele escreveu e sobre o qual já comentamos antes. Aquilo enriqueceu muito minha própria leitura e interpretação do pensamento político e social de Hume.

Leonardo Belinelli: O senhor mencionou que entrou no Departamento de Ciência Política, em 1996, se eu não estiver enganado. Logo após, fez um pós-doutorado no MIT, em 2000, em Boston, e depois se tornou editor da *Lua Nova*, em 2003. Nesse percurso, é possível identificar em seus trabalhos justamente a preocupação com a questão do republicanismo. Como que o senhor vê essa trajetória? O senhor volta do seu doutorado no Canadá com essa preocupação do Iluminismo escocês e o tema da República e, daí em diante, quais foram os caminhos que o senhor percorreu?

Cicero Araujo: Isso é uma coisa interessante, porque, depois que voltei de Montreal e terminei meu doutorado, meu projeto era continuar a pesquisa sobre o Iluminismo escocês estudando a obra de Adam Smith: tentar recuperar em Adam Smith a questão da ciência política, para além da teoria econômica. Minha visão de Smith era que ele havia mergulhado no estudo da economia e da teoria econômica porque havia percebido a importância da riqueza material, especialmente quando as sociedades atingiam o estágio “comercial”, no destino dos Estados modernos e na sua transformação em potências políticas de primeira grandeza. Era isso que fazia um pensador eminentemente político como Adam Smith se preocupar com a economia. Eu quis entender essa questão através daquilo que na época chamei de “ideais de cidadania” e sua relação com a modernidade.

Foi pelo problema dos ideais da cidadania que entrei na discussão sobre república e republicanismo. Como mencionei anteriormente, a primeira incursão que fiz, sob a influência da obra de Pocock, no problema da relação entre República e democracia – problema

que tematizei no artigo publicado na *Lua Nova* em 2000 -, foi tendo em mente essa noção de ideais de cidadania. Lembre-se que, por exemplo, na interpretação de Pocock, o *machiavellian moment* do século XVIII britânico tinha a ver com o problema da estabilidade da República, que Pocock, lendo James Harrington, ligava à questão da propriedade da terra. Mas a propriedade da terra não como fonte de riqueza, mas como fonte da personalidade cívica, âncora da estrutura moral do cidadão. Eis que você tem o problema de que a sociedade comercial introduz cada vez mais a importância, não da propriedade imóvel, não da propriedade da terra, mas da propriedade móvel. E a propriedade móvel, por sua vez, traz à tona o padrão moderno de sustentação do Estado – através, por exemplo, do chamado “crédito público”. Na leitura que Pocock faz do pensamento político do século XVIII, isso produz uma mudança muito grande na percepção sobre a relação entre o cidadão e a República, porque o comércio é sustentado em uma coisa, aparentemente, muito mais volúvel, muito mais efêmera. Dentro dessa chave, é curioso que Hume, antes de Adam Smith, tenha sido um dos primeiros filósofos britânicos que atinou para a importância da vida material, da economia, no destino da política e dos Estados.

Ainda jovem, Hume escreveu o *Tratado da natureza humana* (TNH)²⁷, que era um calhamaço dedicado à filosofia, e que foi um completo fracasso editorial. Ele, que sonhava tornar-se um sujeito famoso no mundo das letras, obviamente sentiu uma profunda frustração com isso. Mas, em vez de desistir, resolveu tentar a carreira literária escrevendo ensaios, parte deles inspirada no que havia escrito no TNH. Enfim, ensaios “morais, políticos e literários”. E justamente na parte dedicada à política, nos ensaios que ele chamou de “políticos”, ele discute questões como dinheiro, comércio, balança comercial, impostos e assim por diante. Uma das preocupações básicas dele nesse campo era o problema da dívida pública, do crédito público. Hume tinha enormes ansiedades de que aquilo ia acabar em desastre, ia introduzir uma instabilidade profunda na vida política do país.

Essa angústia de Hume com relação ao crédito público parecia expressar algo que Pocock havia detectado como tendência no Iluminismo escocês, isto é, uma tensão interna na reflexão desse movimento intelectual, uma vez que parecia dar as boas-vindas à sociedade comercial, mas ao mesmo tempo tentava evitar todas as suas consequências. O que eu fiz foi transformar a ideia dessa tensão numa coisa mais abstrata, pensando nos tais ideais de cidadania como se deles emanassem vetores divergentes entre si. Daí a ideia de a cidadania ter um vetor “cívico” (que associei ao pensamento republicano) que concorre, por um lado, com o vetor “plebeu”, que associei ao pensamento democrático moderno, e, por outro, com o vetor do “pluralismo”, que associei ao pensamento liberal. Foi imaginando um jogo contraditório entre esses três vetores que tentei colocar minha colher na discussão contemporânea. Pois bem: ainda em Boston, fazendo meu pós-doc, a pedido de Gabriel Cohn, que estava editando a *Lua Nova*, escrevi o artigo a que me referi acima. Gabriel, na época, já me envolvia em várias coisas relativas à *Lua Nova*. Assim, quando retornei de Boston, e Gabriel quis fazer uma sucessão na editoria da *Lua Nova*, acabei me tornando editor da revista.

27 Hume, David. *A Treatise of Human Nature*. Oxford: Clarendon Press, 1978.

Leonardo Belinelli: Para encerrarmos essa parte da entrevista, qual a intuição do senhor a respeito do vínculo entre essas discussões sobre a cidadania e o republicanismo no Brasil – que chega com toda a força nos anos 1990, não só na Ciência Política, mas também na Filosofia, com trabalhos relacionados à ética e à filosofia política – e o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava? Não me parece que é à toa que essa discussão aconteça no momento de consolidação democrática, ou, se quiser, de perspectivas sobre a cidadania, que depois o próprio José Murilo de Carvalho vai escrever um livro sobre esse tema.

Cicero Araujo: Quando entrei no Departamento de Ciência Política, em 1996, nós estávamos em plena “era FHC”. A coisa interessante é que os governos do PSDB, sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, representaram uma virada importante na história brasileira das relações entre economia e política. Porque, de uma certa maneira, a estabilização da nossa democracia, que deslancha com o Plano Real e o fim da hiperinflação, veio junto com uma virada mais fundamental. Uma virada de fundo, que foi a ruptura com o nacional-desenvolvimentismo, isto é, com uma certa maneira de pensar as relações entre Estado e sociedade no Brasil, de pensá-la não só no âmbito interno, mas na sua interação com o mundo. É que o Plano Real, como nunca antes, introduziu um papel muito mais decisivo das finanças nos rumos da economia, da sociedade e da política. Aquilo que já estava acontecendo antes no mundo, que era uma espécie de predominância do mundo das finanças, vai acontecer no Brasil a partir do Plano Real.

É claro que a estabilização monetária, o fim da hiperinflação, foi uma coisa muito positiva; porque permitiu, de fato, que o processo de redemocratização da política superasse uma fase anterior de grande turbulência, que deixava os governos muito mal assentados. A partir do Plano Real, a democracia brasileira adquire uma espécie de voo de cruzeiro, porém a um preço, que tem a ver com a ascensão avassaladora dessa esfera das finanças na condução da vida social como um todo. Então, na época, me ocorreu fazer um paralelo entre o que havia ocorrido na Inglaterra depois da Revolução de 1688 (a “Revolução Gloriosa”) e o que estava acontecendo com o Brasil, graças à estabilização da democracia. De uma certa maneira, o paralelo era óbvio, mas ao mesmo tempo meio absurdo, porque envolvia o seguinte: a Inglaterra, a partir de 1688, resolveu um problema que tinha tornado o século XVII inglês extremamente turbulento. Por que? Porque ela resolveu o problema de qual instituição, afinal de contas, deveria abrigar o poder soberano do país – a Coroa ou o Parlamento. Os ingleses chegaram a uma solução para isso, decisivo para estabilizar a política do país nos anos posteriores, que foi colocar o rei dentro do parlamento e tornar o próprio parlamento a instituição soberana do país. Só que isso veio junto com uma mudança fundamental na relação entre o Estado e o mundo da economia. Com a fundação do Banco da Inglaterra (1694), a política inglesa vai estabelecer uma relação bastante íntima com a *City* de Londres, o centro financeiro do país. Porque a *City* de Londres passa definitivamente a ser a grande sustentadora da construção do aparato administrativo e imperial, daquilo que a partir de 1707 vai ser chamada a “Grã-Bretanha”, com a fusão do reino da Inglaterra com o reino da Escócia. E você vai ter nesse processo uma revolução financeira em conjunção com o estabelecimento da chamada “oligarquia *whig*”, porque a nova geração dos *whigs* foi a arquiteta dessa transformação do Estado depois de 1688. Como eu disse antes, Pocock

explora como o pensamento republicano ressurgiu nesse período, por conta de uma certa percepção difusa de instabilidade da cidadania devido ao papel crescente da propriedade móvel. Meio inspirado nisso, eu tentei sugerir um paralelo com o nosso processo recente de democratização. O que, pensando bem, era meio absurdo, porque os tempos e os lugares eram muito diferentes. De qualquer forma, me ajudou a entender por que a questão da república voltava a aparecer na reflexão política de nossos intelectuais, ou pelo menos parte de nossos intelectuais.

Todo o debate sobre “ética na política”, desencadeado nos anos 1990 entre pessoas mais ligadas ao PSDB e ao PT – o que extrapolava o âmbito acadêmico -, teve na minha cabeça a ver com esse tema mais amplo, que se inscreve nessa tradição. Por exemplo, a questão da corrupção, ou a própria ideia de que a democracia brasileira deveria tornar-se mais republicana.

Lucas Baptista: A partir da segunda metade da década de 2000, é possível perceber uma inflexão de objetos em suas pesquisas. Depois da defesa da tese de livre-docência sobre a forma da República, o senhor passa a refletir mais sobre a realidade política brasileira em si, tendo a Constituinte de 1987-1988 como um mote privilegiado de análise. E, para isso, utilizou a linguagem que acabou de mencionar, dizendo que saímos de uma tensão interna da própria cidadania, da Ciência Política e da teoria política, em especial, e a projetamos no âmbito da realidade política. Como se deu essa mudança de objetos? E de que maneira essa reflexão sobre a ideia de República continua viva na sua reflexão atual sobre a realidade política brasileira?

Cicero Araujo: Esse deslocamento de objeto a que você faz referência, especialmente a partir de 2008 – não que eu tenha deixado inteiramente de lado a anterior –, resulta, primeiro, de uma motivação pessoal. Era como se olhar o processo de redemocratização significasse olhar para meu próprio passado, porque eu tinha vivido aquilo como um militante político, como um ator político, digamos assim. Tinha um significado afetivo muito grande. Enfim, como entrei em um departamento de Ciência Política, mas vindo da Filosofia e da História da Filosofia, eu tive que fazer muitos *aggiornamentos*, muitas reciclagens para ministrar as disciplinas da Ciência Política. Por exemplo, tive que fazer um investimento grande no estudo das teorias contemporâneas da democracia. E, na época, as teorias da democracia estavam muito centradas em discutir arranjos institucionais, por conta do peso enorme que o chamado neoinstitucionalismo passou a ter na Ciência Política brasileira. Uma coisa que vinha desde a fundação do IUPERJ, no Rio, e do Departamento de Ciência Política da UFMG, que acabou chegando ao Departamento de Ciência Política, tornando-se o *mainstream* da Ciência Política brasileira. E eu tinha que dialogar com isso, até para dar as disciplinas da Ciência Política que a área de teoria política era encarregada de dar. De quebra, fiz uma incursão também pelas teorias institucionais da política. E aí, ocorreu que, em 2008, amigos da Ciência Política de outras universidades, que tinham feito o doutorado na Ciência Política da USP, me propuseram um projeto de pesquisa para estudar o processo constituinte brasileiro. Foi a oportunidade de entrar mais a fundo nessa área.

Então, junto com colegas que atuam no Cedec, Andrei Koerner, Antônio Sérgio Carvalho Rocha, Eduardo Noronha, Jefferson Goulart, Bernardo Ferreira (Bernardo vinha de uma formação em teoria política no IUPERJ) e outros colegas, fizemos no próprio Cedec um grupo de pesquisa para estudar o processo constituinte. E envolvia investigar, entre outras coisas, a transição brasileira do autoritarismo para a democracia, porque o processo constituinte era uma espécie de ponto culminante da transição. Com isso, passamos a pesquisar diferentes aspectos desse tema. Por exemplo, Andrei estudou o Poder Judiciário, a reelaboração do Poder Judiciário na Constituição de 1988 e como o Poder Judiciário foi discutido na Constituinte. Antônio Sérgio, assim como eu, foi mais pelo lado de tentar construir uma narrativa da Constituinte, embora ele também estivesse antenado com as questões ligadas à economia, especialmente os problemas do orçamento público. Jefferson Goulart, que tinha feito um doutorado com Lúcio Kowarick, em nosso departamento, estudou a questão da federação e do federalismo. Eduardo Noronha estudou a questão da relação entre o mundo do trabalho e a Constituição, porque ele tinha uma pesquisa muito forte na área do trabalho, dos sindicatos. E assim por diante.

Lucas Baptista: É interessante que um dos marcos concretos de que o senhor não perdeu o pé na teoria política é um artigo que o senhor lança em conjunto com a pesquisadora San Romanelli²⁸, em que o senhor faz um balanço analítico sobre a produção acadêmica brasileira neste campo e insere seus próprios trabalhos na perspectiva mais ampla do retorno do republicanismo. Já que estamos falando justamente desse prisma da pesquisa sobre a efetividade dos direitos de cidadania no pós-1988, em que medida esse retorno do republicanismo e a experiência da recente democracia brasileira se vinculam? É possível pensar a República tal como o senhor pensou naquele momento? Há mudanças e diferenças para pensar a República hoje?

Cicero Araujo: É interessante que você tenha mencionado a questão dos direitos, porque muito da reflexão sobre o republicanismo, se mantermos em vista o pensamento político clássico moderno, está concentrado não em pensar direitos, mas em pensar a “virtude”, ou as “virtudes” cívicas. Por exemplo, quem enfocou muito esse ponto, dentro do grupo brasileiro que discutia o republicanismo, foi Newton Bignotto, que é um dos principais elaboradores da questão da república em solo nacional. O Newton, se não me engano, fez o doutorado dele sobre Maquiavel, sob a orientação de Claude Lefort, que é um dos grandes filósofos políticos franceses da segunda metade do século XX. Bignotto estudou também o humanismo cívico – que nasce durante o Renascimento italiano – que tem em seu cerne essa questão com as virtudes.

Pois bem. Quentin Skinner, em sua investigação sobre o pensamento renascentista, vai dizer que havia na verdade duas influências diferentes no Renascimento. Uma influência do humanismo cívico propriamente dito, mas também uma influência da escolástica. E ele vai sugerir que, enquanto o humanismo cívico se concentrou na questão da virtude, a esco-

28 Araujo, Cicero R. R.; Assumpção, San R. Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política: 51-85, Anpocs, São Paulo, 2010.

lástica se concentrou nos direitos. O Direito, sem dúvida, tem um papel muito importante na constituição do pensamento moderno, mas também do pensamento sobre a República entre os italianos. Ele dizia isso até para fazer uma espécie de crítica à interpretação canônica do humanismo cívico que vinha de um historiador do pensamento político, de procedência alemã, mas vivendo nos Estados Unidos, Hans Baron. É Hans Baron que redescobre o humanismo cívico. Newton Bignotto, em textos daquela época (anos 1990), via com olhar crítico a ênfase excessiva que se dava ao direito, especialmente ao mundo profissional do direito, para organizar a democracia brasileira depois de 1988. Ele via, já naquela época – ou pelo menos foi assim que eu o li –, algo perturbador na interferência cada vez maior do direito na vida política, porque percebia nisso uma espécie de anestesiamento da cidadania²⁹.

Então, é engraçado, o debate já envolvia o problema de interpretar a cidadania exclusivamente como uma questão de direitos. Não que a questão não fosse importante para a democracia: na época, falar de democracia pela via da esquerda, era falar não da democracia como regime eleitoral, mas como regime de reconhecimento dos direitos, que era aberto para sua constante ampliação. Se você procurar os discursos dos intelectuais mais progressistas dos anos 1990, vai encontrar isto: “A democracia significa ter direitos. É a saturação das instituições pelos direitos. É o reconhecimento dos direitos”. O professor Chico de Oliveira quando resolve vir para a USP, no Departamento de Sociologia, ele traz consigo o projeto de formar um Centro de Estudos, que vai se chamar justamente Centro de Estudos dos Direito da Cidadania, o Cenedic, muito inspirado nessa ideia de que cidadania e democracia são os direitos. Muito bem, o debate sobre o republicanismo que vai aparecer no Brasil tinha essa questão, não que a questão fosse bem resolvida pelo lado da virtude, mas se começava a prestar atenção nesse problema.

Não sei se Bignotto já estava ecoando ali um artigo que o Pocock tinha escrito, alguns anos antes, que era justamente um debate com Skinner. Pocock escreve um artigo debatendo essa interpretação do Skinner a respeito do braço escolástico do Renascimento que vê, que resgata a teoria dos direitos naturais, o jusnaturalismo e assim por diante e pensa a República por esse ângulo. O artigo a que me refiro se intitulava “Virtudes, direitos e maneiras: um modelo para os historiadores do pensamento político”, já citado anteriormente, que era um esquema conceitual para refletir sobre uma possível tensão entre pensar a cidadania como virtude e pensar a cidadania como direitos. Não tenho certeza, mas acho que, mesmo que o artigo não fosse ainda bem conhecido, pelo menos a percepção da dicotomia estivesse informando o debate. Para mim, ele só vai aparecer depois, quando decidi escrever minha tese de livre-docência. Nela eu resolvi introduzir o componente da cidadania que associava à tradição liberal, mas que não consegui integrar, de modo teoricamente satisfatório para mim, aos demais componentes. Ele estava lá na tese livre-docência, mas, só mais tarde, quando decidi transformá-la em livro, que encontrei uma forma, a meu ver mais interessante, de o integrar. Foi isso.

Lucas Baptista: Em que medida o senhor acredita que essa crise da democracia contemporânea alterou justamente esse sentido positivo, não no sentido de direito positivo, mas em termos bem simples, que de alguma forma atribuía uma espécie de força de *accountability* des-

29 Bignotto, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

sas teorias republicanas? Isso apareceu em um momento anterior, como o senhor identifica no artigo, de uma forma muito significativa. E de que forma a temática dos ciclos políticos permite colocar em perspectiva histórica a crise atual e suas relações com essas expectativas postas ao longo da transição democrática e na Constituinte?

Cicero Araujo: Essa questão dos ciclos políticos é engraçada. Ela apareceu, pela primeira vez, pelo menos na minha cabeça, em um debate que o Cedec organizou em 2005, em plena crise do chamado “Mensalão” (durante o primeiro governo de Lula). O Cedec organizou um debate e eu acabei escrevendo um texto que eu jamais publiquei, falando justamente de que talvez a crise do mensalão representasse o esgotamento de um ciclo, que eu chamava de “ciclo do protagonismo da sociedade civil”. Porque, afinal de contas, o PT, desde que ele se tornou um partido poderoso da democracia brasileira, tinha trazido para política a sociedade civil, os movimentos sociais. Isto é, aquilo que na época se chamava de “a sociedade civil”: um conceito que foi resgatado com muita força pelo PT, especialmente pela elaboração feita por Francisco Weffort, quando ele publicou um livro (se não me engano em 1984) de grande impacto na esquerda, chamado *Por que democracia?*³⁰.

Numa certa passagem do livro, que eu acho memorável, ele diz algo assim: “Se a política brasileira não tivesse sociedade civil, ela teria que a inventar”. Como se dissesse assim: “A sociedade civil é o sujeito. É o sujeito da transformação”. A sociedade civil seria o modo pelo qual a transformação de fundo da sociedade brasileira se tornaria compatível com um regime democrático. Em vez de proletariado, de classe operária, ele estava pensando a sociedade civil como sujeito da história, digamos assim. Apesar de Weffort ter saído do PT depois, esse livro se tornou uma espécie de guia estratégico do PT. E quando vem a grande mobilização pelo impeachment do Collor, era como se a própria ideia de sociedade civil tivesse recebido uma encarnação – encarnado como sujeito fundamental da democracia brasileira. Uma sociedade civil que trazia consigo os valores que lhe seriam próprios. Por exemplo, não só os valores vinculados aos direitos, mas os valores de uma política orientada pela ética, que seria a âncora republicana da democracia. Ética na política, âncora republicana, as virtudes e assim por diante.

Eu acho que nesse período a ideia de sociedade civil ficou sobrecarregada de expectativas, uma vez que o próprio futuro da democracia parecia depender do sucesso de decantar a ideia em práticas concretas que pudessem ser atribuídas a ela. Quando veio a crise do mensalão, foi como que se tais expectativas tivessem se desmanchado no ar, destruindo a narrativa da democracia brasileira que fazia da sociedade civil o seu protagonista. Um impacto desmoralizador tremendo, que não atingiu apenas o PT, mas todo o regime constitucional. Tanto que vários analistas vão dizer que, a partir da crise do mensalão, o PT teve de dar um giro completo em seu discurso e em sua própria base eleitoral, uma vez que a ideia de que o PT seria a âncora republicana de nosso regime democrático havia caído por terra. E isso também produz um impacto grande no debate sobre a república e o republicanismo. Enfim, apesar de o PT ter conseguido, para surpresa de muitos, se recuperar do escândalo do mensalão, eu acho que a partir dali o regime constitucional (e não só o PT) ficou ameaçado por uma enorme crise política em potencial. Ela começou no PT, ao ferir a

30 Weffort, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

narrativa republicana da sociedade civil que o partido encarnava, mas depois atingiu em cheio o conjunto do sistema político, na medida em que outsiders do sistema lograram reencarnar a narrativa, à sua maneira e (como viemos a descobrir tarde demais) em seu próprio benefício.

Lucas Baptista: Professor, muito obrigado. Vamos passar para última parte da entrevista, para justamente tocar de alguma maneira nesses pontos que você acabou de mencionar, mas olhando para o futuro.

Leonardo Belinelli: O que temos observado nos últimos tempos é uma explosão de análises sobre a crise ou as crises das democracias contemporâneas. Isso revela, por um lado, a diversidade de pontos de vista possíveis para analisar. E o senhor, em intervenções mais recentes, inclusive no texto que publicou na revista *Dados* com o professor Bresser-Pereira³¹, tem optado por entendê-la a partir de uma perspectiva global, por um lado, e, por outro, de alguma maneira vinculada à dinâmica capitalista. Por que o senhor optou por esse caminho de análise?

Cicero Araujo: Muito coisa que eu fiz em minha carreira acadêmica, talvez a maior parte dela, foi feita com parcerias. E assim aconteceu com o professor Bresser-Pereira. Lembro-me que quando retornei de Boston, estava eu em minha sala, no chamado “prédio do meio” da Faculdade, quando alguém bate na minha porta. Quando abro, quem estava diante de mim senão o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, que até então eu não conhecia. Na verdade, a professora Maria Hermínia – uma espécie de *alma mater* de meu departamento – já havia me dito que, em conversa com ele, o professor Bresser havia manifestado interesse em interagir com a área de teoria política. Por esse motivo, ele veio conversar comigo, justamente para propor a realização de um curso de pós-graduação na área de teoria política, em parceria comigo. Além de elaborar um primeiro esboço de minha tese de livre-docência, eu havia trazido de Boston uma rica bibliografia sobre a chamada “democracia deliberativa” – que, curiosamente, era o rebatimento na teoria democrática do *republican revival*; enfim, uma onda na teoria democrática associada ao conceito de deliberação. Em Boston, eu testemunhei um pedaço desse debate no próprio Departamento Ciência Política do MIT, por conta de minha interlocução com Joshua Cohen, que na época integrava o quadro docente do departamento. E Cohen era um dos expoentes desse debate.

Quando Bresser-Pereira veio fazer a parceria comigo, ele queria fazer uma reciclagem na teoria política, mas trouxe na bagagem suas preocupações a respeito da economia política. Juntar a teoria democrática predominante na época – altamente normativa – com a economia política que embalava as inquietações dele, era mais ou menos como uma tentativa de juntar água com vinho. Porque eram coisas muito diferentes! Ele trazia para a nossa discussão as questões relacionadas ao tema do desenvolvimento, do processo histórico que introduziu o capitalismo no Brasil, a questão da globalização etc. E nós ficávamos horas

31 Araujo, Cicero R. R.; Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Para além do capitalismo neoliberal: as alternativas políticas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 61, n. 3, 2018, pp. 551-579.

conversando sobre isso, para ver como as duas coisas poderiam se combinar. Na época, de fato, apesar das insistências dele, o capitalismo não era exatamente um problema que estava na minha tela de radar. Aliás, não entrava na tela de radar da teoria política que então se fazia. O capitalismo não era o assunto principal; ou, quando aparecia, aparecia de modo meio enviesado, meio sublimado.

Anos depois, quando estoura a crise do *subprime* nos Estados Unidos, desencadeando o *crash* financeiro de 2008, a coisa começa a mudar. De súbito, aquilo me acordou (como deve ter acordado muitos por aí), como se tivesse sofrido um ataque-surpresa contra a armadura teórica que havia se montado. Infelizmente, só anos depois ficou mais claro como aquele tsunami financeiro iria abalar a democracia, quase como um efeito *aftershock*. Foi assim que, por uma imposição dos fatos, a questão do capitalismo passou a fazer sentido para mim. Quanto às parcerias, além da que fiz com Bresser, preciso também a que iniciei com Ruy Fausto. Ruy era um grande *scholar*, um conhecedor profundo da obra de Marx, embora, quando eu o conheci, ele já não se considerava mais um marxista, mas continuava comprometido com posições de esquerda. O que significava, para ele, ter uma visão crítica do próprio capitalismo. Aprendi muito com ele, assim como aprendi com Bresser-Pereira.

Quanto ao artigo a que você se refere. Aconteceu que, em 2018, eu estava fazendo um estágio em Paris, e tive a alegria de receber uma visita do professor Bresser. E logo na primeira conversa que tivemos lá, ele propôs a ideia de fazermos um artigo conjunto, sobre a crise contemporânea, as crises simultâneas do capitalismo e da democracia. Eu topei com muito gosto. A ideia do artigo era repensar o tema da globalização, combinando uma teoria do Estado nacional com uma discussão sobre as tensões entre desenvolvimento econômico em países como o Brasil e o capitalismo neoliberal. Enfim, queríamos pensar a globalização não só do ponto de vista econômico e cultural, mas também do ponto de vista político, a partir do entendimento de que o Estado nacional, ao contrário do que comumente se pensa, é uma agência central de sua emergência.

Assim, a nosso ver, o pano de fundo de sua emergência é o processo de descolonização que décadas antes havia acontecido na África e na Ásia. Esse processo meio que universalizou a forma política que tinha se originado na Europa ocidental, séculos antes, isto é, a forma do Estado soberano. É claro que nem todos os países que se tornaram formalmente independentes lograram construir um Estado soberano efetivo. Mas alguns conseguiram, e esses não eram pouca coisa: para começar, China e Índia. Esse é o pano de fundo da globalização: porque antes mesmo da globalização econômica e cultural, e como uma condição prévia dela, aconteceu a globalização da forma política dos Estados nacionais. Por isso, pela primeira vez na história do capitalismo moderno, o eixo dinâmico da acumulação capitalista se deslocou do Atlântico Norte e foi encontrar um novo abrigo em outro lugar, no Pacífico, ou melhor, nas margens orientais do Pacífico: a China e toda a região vizinha sob sua influência. Como estamos olhando esse processo a partir do Ocidente, acabamos tendo a percepção enviesada de que os Estados nacionais em geral estão enfraquecendo, quando na verdade assistimos à perda relativa do prestígio e poder dos Estados situados no Atlântico Norte (e os das regiões sob sua influência), mas em benefício de outros Estados. O curioso a frisar é que esse novo poder regional só logrou ter a projeção internacional porque escolheu trilhar uma política de desenvolvimento bastante assertiva.

Lucas Baptista: Aproveitando essa entrada, vou adiantar uma questão que nós havíamos preparado sobre as potencialidades de uma perspectiva periférica para entender essa crise, da relação entre capitalismo e democracia. Quais são as consequências ou as possíveis vantagens de se observar essa crise situado no Brasil?

Cicero Araujo: O que você pergunta me faz pensar o seguinte: não sei se você já ouviu uma expressão que se usava muito, se eu não me engano no início dos anos 2000, com relação à Argentina – o “efeito Orloff”. Efeito Orloff por conta de uma propaganda da vodka russa, que dizia alguma coisa assim: “Eu serei você amanhã”. Eu acho que nós podemos pensar de modo semelhante sobre a periferia em relação ao centro: “eu serei você amanhã”. Como se a periferia prefigurasse algo que virá a acontecer no centro. No passado, quando o apelo desenvolvimentista era alto, o efeito esperado era exatamente o inverso. Mas quando nós olhamos a sociedade americana, hoje, e vemos também certos desdobramentos na Europa Ocidental pós-*welfare state*, faz algum sentido, não é? Esse talvez seja o grande pesadelo do cidadão situado lá no centro, no Atlântico Norte, e que abre uma avenida para o discurso das correntes autoritárias de extrema direita.

Leonardo Belinelli: Temos ainda duas perguntas. Primeiro, pedimos para o senhor falar um pouquinho mais do seu projeto recente, intitulado “Neoliberalismo, subjetivação e resistências”, cuja a ideia é pensar o neoliberalismo como uma espécie de racionalidade e governamentalidade. E, segundo, pedimos para o senhor contar como é que surgiu a ideia do projeto e como ele dialoga com essas pesquisas anteriores.

Cicero Araujo: Na verdade, o projeto mais individual foi o que escrevi para fazer o estágio na França a que já me referi, o projeto de fazer uma revisão do campo da teoria política normativa, para pensar o político e a política como algo que, contraditoriamente, emerge de uma saturação das questões da moral e da ética. A saturação que leva à busca de uma saída pela política. Só que esse estágio na França também previa uma interlocução com essa dupla de pensadores franceses, que tem escrito coisas notáveis sobre o neoliberalismo (Christian Laval e Pierre Dardot). Desde o final dos anos 2000, se não me engano, eles têm pensando o neoliberalismo de uma maneira que eu nunca tinha percebido antes. Antes de ler o primeiro livro deles sobre o assunto, eu tendia a pensar o neoliberalismo na chave das ideologias políticas³². O neoliberalismo como uma vertente extremada do campo do liberalismo, tangenciando o conservadorismo. Era meu costume, inclusive, falar em “ultraliberismo”, em vez de “neoliberalismo”. Mas a leitura dessa dupla francesa mudou bastante minha maneira de ver o neoliberalismo. Porque o que eles propõem é justamente pensar o neoliberalismo menos como uma ideologia ou como uma doutrina econômica, mas como uma forma de sociedade ou, na linguagem deles, como uma forma de racionalidade social. Eles trabalham essa questão assimilando, de um modo bastante interessante, o pensamento de Foucault. Foucault escreve aquelas famosas aulas do final dos anos 1970

32 Dardot, Pierre; Laval, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

– publicadas postumamente com o título *Nascimento da biopolítica*³³, quando ele percebe que a crise do *welfare state* europeu levaria à emergência de um “novo liberalismo”. E esse novo liberalismo, ao invés de desprezar o papel da intervenção dos governos na sociedade, vai colocá-la em primeiro plano, evidentemente no sentido de promover a sociedade liberal. Enfim, a ideia de que o liberalismo não é puro antigoverno, mas uma maneira específica de governar a sociedade, orientada para uma racionalidade específica.

Quando eu elaborei meu projeto, ele estava bastante ancorado na ideia de que a saída para política tinha a ver com a relação entre democracia e autonomia. Pois bem, quando essa dupla francesa começou a pensar sua crítica ao neoliberalismo na chave de um projeto político, que eles chamam de “o comum”³⁴, a questão da autonomia, tal como elaborada por Cornelius Castoriadis – autor que já citei anteriormente –, tornou-se um ponto de reflexão fundamental para eles. E eu pensei em fazer essa interlocução com eles a partir disso. Eu não sei se eles concordariam com o que vou dizer agora, mas acho que o “comum” pode ser pensado como uma forma alternativa de racionalidade social, uma forma emancipadora. E a questão da emancipação os levou a recuperar o pensamento de Castoriadis sobre autonomia.

Enfim, foi por conta dessa interlocução que, na volta da França, como já participava de um grupo aqui no Brasil que havia começado a estudar o neoliberalismo e a obra de Dardot e Laval, eu e uma colega do Instituto de Psicologia da USP sugerimos elaborar um projeto para formar um grupo de estudos sobre o neoliberalismo no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP).

Leonardo Belinelli: Para encerrarmos, a última pergunta é justamente relativa ao futuro, no sentido da agenda de pesquisa que seu projeto atual pretende se desdobrar. Como é que você imagina a sua própria produção e reflexão, tanto de um ponto de vista individual quanto do campo da própria teoria política no Brasil?

Cicero Araujo: O que tenho em vista nesse próximo período é estudar a crise contemporânea das democracias em articulação com a crise da ordem neoliberal, mas sob as lentes do projeto que desenvolvi na França, etc., que é pensar a crise contemporânea como uma crise do político. Como vários outros estudiosos do assunto já apontaram, a hegemonia neoliberal nas democracias ocidentais, nos últimos 30/40 anos, levou a uma despolitização das democracias. Eu gostaria então de seguir esta trilha: a crise das democracias como algo relacionado à sua crescente despolitização. O que me leva a perguntar: “bom, mas em que consiste ou em que consistiria o político dentro de um regime político democrático saudável?” E se houve despolitização, o que significaria essa despolitização? Penso que essa questão poderia ser pensada à luz do acúmulo de reflexão crítica que tenho no campo da teoria política normativa. É por dentro dele que gostaria de não só pensar as raízes teóricas da despolitização, digamos assim, mas também de como recuperar o político.

33 Foucault, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

34 Dardot, Pierre; Laval, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

Lucas Baptista: Professor Cicero, o projeto do Acervo Digital Cedec agradece demais a sua disponibilidade e participação.

Cicero Araujo: Eu que agradeço a oportunidade. Obrigado, Léo. Obrigado para Júlio e Sabrina.

Sabrina Bomtempo: Obrigada, professor.

Júlio Cattai: Obrigado.

FIM DA ENTREVISTA

“... a pergunta fundamental da política é “o que fazer?”. Mas isso não significa apenas “o que devemos fazer?” ..., mas também “o que podemos fazer?”, implicando às vezes mais, e às vezes menos, do que aquilo que a consciência moral nos dita. (...) não se trata de rejeitar a importância dos valores morais – mesmo porque, muito do que se faz em política é um desdobramento de ideais e perspectivas morais. A crítica que tenho em mente não se dirige à inclusão desse aspecto na política, mas à tentativa de sua redução a ele”.

“Os analistas críticos costumam apontar que o ciclo neoliberal marca um período de despolarização do Estado e da sociedade. De fato, o que vimos nesses anos todos foi um gradual esvaziamento do leque de questões para as quais se aceita fazer a disputa pública. Os grupos sociais privilegiados, e seus porta-vozes no sistema político, conseguiram, através de argumentos tipicamente tecnocráticos, retirar da pauta os temas mais sensíveis. (...). Esse processo de despolarização apenas facilitou a captura de “pedaços” do Estado pelos grandes grupos econômicos e financeiros. Porque o dinheiro já exerce um impacto enorme no sistema político e, por vias transversas, sobre os partidos. Mas se além disso você baixa a cortina das “janelas” do Estado, bloqueando o escrutínio público e a disputa política, o que vai restar é a influência de um só lado: justamente aquele que a exerce através do poder do dinheiro”.

“[A teoria política] se concentrou em estudar os princípios morais ou ético-políticos que estariam informando os regimes democráticos que renasciam na época e, claro, a democracia no Brasil em particular. E justamente porque ela se concentrou muito no funcionamento normal, no funcionamento esperado dos regimes democráticos, foi uma surpresa para todos nós que trabalhávamos nessa direção quando, mais ou menos repentinamente, percebemos que esses regimes estavam passando por um período de perturbações muito sérias. Fomos pegos de calças curtas, digamos assim. Esse sentimento angustiante de crise que estamos vivendo, acho eu, tem obrigado a teoria política a transbordar as fronteiras que ela própria havia definido para si”.

“Do ponto de vista da teoria política que eu conheço, acho que estamos começando a reaprender a olhar para a questão do capitalismo. A crise nos obrigou – e me refiro não apenas aos outros, mas ao meu próprio trabalho – a olhar para esse aspecto relativamente esquecido, ou pouco destacado, nos debates que prevaleciam no período de estabilidade democrática. Isso vem acontecendo num crescendo, desde a eclosão da crise financeira de 2008, um terremoto econômico que, meio como um aftershock, está em parte informando a crise política que vivemos hoje”.

““Eu serei você amanhã”. Eu acho que nós podemos pensar de modo semelhante sobre a periferia em relação ao centro... Como se a periferia prefigurasse algo que virá a acontecer no centro. No passado, quando o apelo desenvolvimentista era alto, o efeito esperado era exatamente o inverso. Mas quando nós olhamos a sociedade americana, hoje, e vemos também certos desdobramentos na Europa Ocidental pós-welfare state, faz algum sentido, não é? Esse talvez seja o grande pesadelo do cidadão situado lá no centro, no Atlântico Norte, e que abre uma avenida para o discurso das correntes autoritárias de extrema direita”.

